



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS PROF. ALBERTO CARVALHO
DEPARTAMENTO DE LETRAS

HELLEM MONIQUE VIEIRA DOS SANTOS

**A DESLATERALIZAÇÃO DO /k/ EM PERSPECTIVA
SOCIOLINGUÍSTICA: PERCEPÇÃO E ATITUDES LINGUÍSTICAS**

ITABAIANA/SE
2026

HELLEM MONIQUE VIEIRA DOS SANTOS

**A DESLATERALIZAÇÃO DO /ʎ/ EM PERSPECTIVA
SOCIOLINGUÍSTICA: PERCEPÇÃO E ATITUDES LINGUÍSTICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Letras de Itabaiana (DLI), da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como requisito obrigatório para obtenção do título de Licenciada em Letras – Português.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Rosalvo Costa.

ITABAIANA/SE
2026

HELLEM MONIQUE VIEIRA DOS SANTOS

**A DESLATERALIZAÇÃO DO /k/ EM PERSPECTIVA
SOCIOLINGUÍSTICA: PERCEPÇÃO E ATITUDES LINGUÍSTICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Letras de Itabaiana (DLI), da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como requisito obrigatório para obtenção do título de Licenciada em Letras – Português.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Rosalvo Costa .

Aprovado em — de — 202x.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Rosalvo Costa (UFS)

ORIENTADOR

Prof. Dr. Beto Vianna (UFS)

EXAMINADOR

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, que em sua infinita graça, me sustentou, guiou e protegeu ao longo dessa caminhada.

À minha mãe, Ana Márcia dos Santos, meu maior exemplo de amor e dedicação que me incentivou, apoiou, orou, lutou e renunciou a diversas coisas para que eu pudesse chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus. A Ele toda honra e toda glória, pois, sem sua presença, cuidado e misericórdia, eu não teria conseguido trilhar este caminho. Só o Senhor e eu sabemos quantas vezes duvidei, temi e me perguntei se seria capaz de continuar.

Agradeço à minha mãe, Ana Márcia, minha fortaleza. Obrigada por sempre estar ao meu lado, apoiando-me, incentivando-me e fazendo de tudo para que eu realizasse meus sonhos. Mesmo sem ter tido tantas oportunidades, nunca mediu esforços quando o assunto era eu. Esta vitória é nossa. Te amo, mainha.

Ao meu amor, Davis Felipe, por sempre me apoiar, incentivar, colaborar e dividir o peso dos dias cansativos para que eu chegasse até aqui. Obrigada por caminhar comigo. Amo você.

Ao meu pai, José Onaldo, que mesmo distante, me incentivou e apoiou ao longo do percurso. À minha família, que sempre esteve presente, oferecendo apoio e incentivo, deixo meu carinho e minha gratidão. Amo vocês.

Aos meus amigos e colegas de graduação, que compartilharam comigo os desafios, aprendizados e conquistas ao longo desta caminhada. As trocas, o companheirismo e o apoio tornaram este percurso mais leve e significativo.

De modo especial, agradeço às minhas amigas Ana Caroline, Wiara Samara, Williane, Valquíria e Gabrielly, que estiveram presentes nos momentos mais desafiadores, oferecendo apoio, escuta, incentivo e amizade sincera. Sou grata pelas partilhas, conversas, acolhimento e experiências divididas durante essa trajetória. Levo comigo não apenas as lembranças da vida acadêmica, mas as amizades que guardarei para sempre em meu coração.

Agradeço, de forma especial, ao meu orientador, Luiz Rosalvo Costa, pela paciência, disponibilidade, compromisso e dedicação ao ensinar, contribuindo significativamente para minha formação acadêmica. Minha eterna gratidão também a todos os professores com quem tive aula: Beto Vianna, João Paulo, Julia Vasconcelos, Luciene Lages, Márcia Regina e Sara Rogéria, pois, sem seus ensinamentos e contribuições, esta conquista não seria possível.

Mãe, o nosso sonho está se tornando realidade. Concluir esta graduação não representa apenas a conquista de um diploma, mas a materialização de uma trajetória marcada por renúncias e lutas, que rompe dores acumuladas por gerações e inaugura um novo tempo em nossa história.

RESUMO

Esta pesquisa insere-se no campo da Sociolinguística Variacionista, partindo do pressuposto de que a língua é um fenômeno social dinâmico, marcado por variações que carregam valores simbólicos. O estudo investigou a deslateralização do fonema /k/, representado pelo dígrafo “lh”, frequentemente realizado como [j] em palavras como *mulher* > *muié* e *vermelho* > *vermeio*, variante associada a estigmas sociais no português brasileiro. O objetivo foi analisar a percepção e a avaliação social desse fenômeno entre falantes de diferentes perfis sociais. Adotou-se uma abordagem qualitativa e quantitativa, por meio de uma pesquisa de campo realizada em Pedra Mole-SE, envolvendo 48 participantes. A coleta de dados ocorreu por meio de experimento perceptivo com estímulos auditivos e entrevistas semiestruturadas. Os resultados confirmaram tendências já apontadas na literatura sociolinguística, evidenciando a valorização da variante lateralizada [k̠], associada ao prestígio e à correção, enquanto a variante [j] foi relacionada à informalidade e inadequação. Conclui-se que a deslateralização do /k/ atua como marcador social e estereótipo, reforçando a necessidade de práticas pedagógicas que ao mesmo tempo em que ensinam as formas prestigiadas, valorizem a diversidade linguística e combatam o preconceito linguístico.

Palavras-chave: Sociolinguística. Variação fonética. Deslateralização. Percepção linguística. Português brasileiro.

ABSTRACT

This research is situated within the field of Variationist Sociolinguistics, based on the assumption that language is a dynamic social phenomenon marked by variations that carry symbolic values. The study investigated the delateralization of the phoneme /ʎ/, represented by the digraph “lh,” which is often realized as [j] in words such as *mulher* > *muié* and *vermelho* > *vermeio*, a variant associated with social stigma in Brazilian Portuguese. The objective was to analyze the perception and social evaluation of this phenomenon among speakers from different social backgrounds. A qualitative and quantitative approach was adopted through field research conducted in Pedra Mole, Sergipe, involving 48 participants. Data collection was carried out through a perceptual experiment using auditory stimuli and semi-structured interviews. The results confirmed trends already identified in sociolinguistic literature, highlighting the preference for the lateralized variant [ʎ], associated with prestige and correctness, while the variant [j] was linked to informality and perceived inadequacy. It is concluded that the delateralization of /ʎ/ functions as a social marker and reinforces stereotype, emphasizing the need for pedagogical practices that, while teaching prestigious forms, also value linguistic diversity and combat linguistic prejudice.

Keywords: Sociolinguistics; phonetic variation; delateralization; linguistic perception; Brazilian Portuguese.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Nuvem de palavras com as justificativas	52
Figura 2 - Descrição de Percentual	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Versões de texto apresentadas aos participantes	31
Quadro 2 - Indicação de faixa etária	55
Quadro 3 - Indicação de localidade	55
Quadro 4 – Indicação de escolaridade	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição dos participantes	29
Tabela 2 - Resumo Geral da Estrutura dos Códigos	36
Tabela 3 - Escolha inicial entre os áudios	37
Tabela 4 - Justificativas dos participantes para preferência pelo áudio 2	38
Tabela 5 - Exemplos de percepções sobre correção/incorreção	38
Tabela 6 - Exemplos de justificativas sobre o “erro”	39
Tabela 7 - Forma adotada pelos participantes	39
Tabela 8 - Percepção da fala do entorno	40
Tabela 9 - Exemplos de respostas masculinas sobre mudança de fala	41
Tabela 10 - Exemplos de respostas femininas sobre mudança de fala	41
Tabela 11 - Resultados gerais das respostas	42
Tabela 12 - Adequação percebida para ambientes formais (homens)	43
Tabela 13 - Adequação percebida para ambientes formais (mulheres)	43
Tabela 14 - Preconceito percebido (homens)	44
Tabela 15 - Preconceito percebido (mulheres)	44
Tabela 16 - Autopercepção de preconceito	45
Tabela 17 - Percepção das mulheres	45
Tabela 18 - Percepção dos homens	45
Tabela 19 - Percentual de Percepção	46

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 LÍNGUA, HETEROGENEIDADE E VARIAÇÃO	15
2.2 PERCEPÇÃO E AVALIAÇÃO SOCIAL DA LINGUAGEM	19
3 O FENÔMENO DA DESLATERALIZAÇÃO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO	23
4 PROCESSO METODOLÓGICO	27
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	27
4.2 UNIVERSO DA AMOSTRA	28
4.3 PARTICIPANTES	29
4.4 PÚBLICO RESPONDENTE	30
4.5 APRESENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	30
4.6 COLETA DE DADOS	33
4.8 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS	35
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	36
5.3 PREFERÊNCIA GERAL PELOS ÁUDIOS E PERCENTUAIS DE [ʎ] e [j]	37
5.4 DIFERENÇAS POR ESCOLARIDADE/IDADE/GÊNERO E LOCALIDADE	46
5.4 A DESLATERALIZAÇÃO E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO	50
5.5 ESTEREÓTIPOS E ESTIGMATIZAÇÃO DA DESLATERALIZAÇÃO	54
5.6 PERCEPÇÃO GERAL SOBRE OS DADOS COLETADOS	57
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62
ANEXOS	65

1 INTRODUÇÃO

A língua é, antes de tudo, um fenômeno social e cultural. Longe de ser uma estrutura estática, cristalizada em regras imutáveis, ela se constitui como um instrumento vivo, atravessado pelas práticas sociais nas quais é empregada. A variação linguística constitui um dos fenômenos mais relevantes para a compreensão e funcionamento da língua em seu uso social.

A variação linguística, como mostra Coelho *et al.* (2012), se divide em diferentes níveis: léxico, morfológico, morfofonológico, morfosintático, sintático e como no caso dessa pesquisa fonético-fonológico. Dentre os processos fonético-fonológicos existentes no Português Brasileiro encontra-se o fenômeno da deslateralização do fonema /ʎ/, que no nosso sistema de escrita é representado pelo dígrafo “lh”.

Esse fenômeno caracteriza-se pela substituição do som lateral palatal e acontece em palavras a exemplo de *mulher*>*muié*, *vermelho*>*vermeio*. O problema de pesquisa que norteia este estudo consiste em compreender como os falantes percebem e avaliam essa variação entre [ʎ] e [j], uma vez que as variações linguísticas carregam consigo significados sociais em seus usos linguísticos. Tal fenômeno não representa apenas uma transformação no plano fonético-fonológico, mas também uma marca identitária e social, geralmente associada a baixo prestígio.

Embora o fenômeno da deslateralização do /ʎ/ já tenha sido amplamente estudado, descrito, analisado e catalogado em diferentes estudos, considerou-se pertinente retomá-lo nesta pesquisa, uma vez que os fenômenos linguísticos e, sobretudo, as avaliações sociais a eles atribuídas não permanecem estáticos. Assim, a presente investigação busca compreender o caráter atualizador do tema, analisando como esse processo é percebido e avaliado no contexto social da cidade de Pedra Mole-SE, considerando que as atitudes linguísticas se transformam conforme as dinâmicas sociais, educacionais e culturais dos falantes.

É nesse ponto que a Sociolinguística assume um papel fundamental. Nascida com os estudos pioneiros de William Labov na década de 1960, a Sociolinguística consolidou-se como um campo científico que busca compreender a língua em sua dimensão social e romper com a visão normativa que reduz a Língua apenas como um conjunto de regras gramaticais. Para Labov (2008) a variação não é um desvio da norma, mas uma característica intrínseca da língua, que revela padrões sociais, identitários e históricos. Desse modo, a heterogeneidade

não é aleatória; pelo contrário, constitui um fenômeno ordenado e sistemático, que também oferece fontes necessárias para sua confirmação. (Weinreich; Labov; Herzog, 2006).

Nesse contexto, é fundamental destacar que as variantes linguísticas não são apenas formas opcionais de realização de um mesmo fenômeno, mas são também percebidas, avaliadas e interpretadas socialmente de maneiras distintas pelos falantes. Essas percepções estão diretamente relacionadas a valores sociais, ideológicos e culturais atribuídos às diferentes formas de falar, fazendo com que determinadas variantes sejam associadas ao prestígio, à escolarização e à correção, enquanto outras são frequentemente estigmatizadas ou consideradas “incorretas”. Assim, a variação linguística ultrapassa o nível estritamente estrutural da língua, configurando-se também como um fenômeno de natureza social e perceptiva.

Nesse sentido, partimos de alguns pressupostos iniciais que norteiam esta investigação. O primeiro deles consiste na ideia de que a variante [Λ], mais próxima da representação ortográfica que é prescrita pelos manuais normativos, é também percebida pelos falantes como uma maneira mais “formal”, “correta” ou “melhor” e por isso, é associada a contextos de maior prestígio social, urbanização e escolaridade.

Em relação a isso, Bagno (2015) destaca que a variação linguística não deve ser concebida como erro ou desvio, mas como manifestação legítima da heterogeneidade natural da língua. Apesar disso, o que se observa, muitas vezes, é a imposição de uma visão normativa que desvaloriza tais usos, criando hierarquias entre as variantes e legitimando o preconceito linguístico.

O segundo pressuposto, é que a variante [j], ainda que bastante comum e usável em diversas comunidades de fala, tende a ser associada a falantes com menor escolarização, sobretudo aqueles de áreas rurais e com uma faixa etária maior, carregando consigo uma estigmatização social maior. Assim, essa tendência dialoga com a perspectiva de que juízos linguísticos não refletem critérios lógicos e científicos para correção, mas, sim, partem de ideologias estigmatizantes que delimitam e julgam determinadas formas de falar e legitimam outras como socialmente superiores.

Como explica Bortoni-Ricardo (2004), os falantes ajustam sua forma de falar de acordo com os interlocutores, os ambientes e as intenções comunicativas. Entende-se que os falares podem assumir naturalmente diversas formas, as quais devem ser entendidas como variações e não como “erros”. Essas variadas formas de falar podem ser explicadas de acordo com aspectos sociais, regionais, grau de escolaridade, sexo, gênero e faixa etária.

A escolha desse tema leva em conta dimensões teóricas, pedagógicas e sociais. Do ponto de vista teórico, o estudo do fenômeno da deslateralização do /ʎ/ insere-se nos debates da sociolinguística variacionista. Com essa concepção, as variantes que antes eram vistas como desordenadas, a partir destes estudos são então compreendidas como ordenadas e influenciadas não só por fatores linguísticos internos mas também por fatores linguísticos externos.

Desse modo, investigar a percepção e a avaliação social da deslateralização amplia o conhecimento sobre os mecanismos que sustentam a heterogeneidade linguística. No plano pedagógico, essa pesquisa pode auxiliar professores e linguistas a reconhecerem que variantes como *muié* existem legitimamente, bem como a refletir sobre práticas mais inclusivas para o ensino.

Diante disso, em vez de se reconhecer a legitimidade exclusiva da norma culta e ignorar a existência de outras variantes, busca-se a valorização da diversidade linguística e a compreensão dos fatores que a influenciam, demonstrando, portanto, a sua importância em determinados contextos. Essa perspectiva contribui para o rompimento, no ensino, de visões prescritivas que marginalizam as formas de falar dos alunos e reforçam o preconceito linguístico.

Ademais, não se trata de não ensinar norma padrão e culta, mas sim de conscientizar os alunos sobre as variedades existentes, ensinando quando e onde usá-las. A norma culta (ou, as normas cultas) embora não superior, é uma ferramenta essencial para a participação eficaz em práticas situadas em diversos campos da vida social (esfera pública, corporativa, laborais, midiática, científica etc.). Além de uma plena participação social sem que isso implique na desvalorização de outras formas de falar também importantes.

Na dimensão social, compreender a percepção linguística dos falantes diante desse fenômeno fonético-fonológico possibilita evidenciar como juízos de prestígio e estereótipos linguísticos reforçam desigualdades e preconceitos. Tais avaliações manifestam-se, muitas vezes, de forma sutil e quase imperceptível, por já estarem profundamente enraizadas socialmente.

Segundo Bortoni-Ricardo (2004), toda forma de falar é um instrumento identitário de um grupo social, a exemplo do ser mineiro, nordestino ou carioca, que, ainda que de maneira inconsciente, revela sua origem geográfica, seu grupo social de pertencimento e até mesmo suas trajetórias de mobilidade social. Ao valorizar a língua como fenômeno social e cultural, o campo da Sociolinguística evidencia que falar português no Brasil não é um ato singular, cada variante carrega consigo traços de identidade, memória e resistência cultural.

Diante disso, essa pesquisa tem como objetivo geral analisar a percepção e a avaliação social da deslateralização do [ʎ] no Português Brasileiro, buscando compreender de que forma esse fenômeno é interpretado pelos falantes de diferentes faixas etárias, gênero, escolaridade e localidades.

Para alcançar esse objetivo foram definidos também alguns objetivos específicos que organizam a investigação. O primeiro consiste em mapear como os falantes da comunidade investigada percebem a ocorrência da variante [j] em relação à variante [ʎ] no universo da amostra, identificando padrões de reconhecimento e distinção entre essas formas. O segundo busca identificar juízos de valor associados a esse fenômeno, tais como de prestígio, estigma, valorização, depreciação ou ausência de julgamento.

Por fim, este estudo pretende observar possíveis correlações entre as variáveis sociais escolaridade, região, idade e gênero e a avaliação do fenômeno, a fim de compreender em que medida fatores extralinguísticos condicionam as percepções e atitudes dos falantes.

A metodologia adotada foi de natureza qualitativa e quantitativa com suporte bibliográfico e pesquisa de campo. Para a coleta de dados, foram utilizados três instrumentos complementares, elaborados especificamente para este estudo: textos, áudios (com e sem deslateralização) e questionário sociolinguístico.

2 LÍNGUA, HETEROGENEIDADE E VARIAÇÃO

O foco da Sociolinguística concentra-se na análise dos usos linguísticos dos indivíduos inseridos em contextos sociais específicos. Esta área examina e busca compreender como fatores sociais, culturais, econômicos, regionais, de gênero, escolares e faixas etárias influenciam o uso da língua e surgem em diferentes grupos sociais, mostrando também que a língua não é um sistema fixo e homogêneo, mas sim dinâmico e plural (Coelho *et al.*, 2012).

Bortoni-Ricardo (2004) ressalta que a Sociolinguística, ao investigar práticas linguísticas em comunidades urbanas e rurais, evidencia o papel da língua como marcador de pertencimento social e identidade. Nessa mesma direção, Labov (2008) afirma que não existem comunidades de fala homogêneas nem um falante-ouvinte ideal, uma vez que a variação e a heterogeneidade constituem características inerentes às línguas naturais. Essa perspectiva é explicitada pelo autor em entrevista concedida à revista *ReVEL*, na qual destaca a centralidade do uso cotidiano da linguagem e da variação para os estudos linguísticos, conforme se observa a seguir:

Quando eu comecei na Linguística, eu tinha em mente uma mudança para um campo mais científico, baseado na maneira como as pessoas usavam a linguagem na vida cotidiana. Quando eu comecei a entrevistar pessoas e gravar suas falas, descobri que a fala cotidiana envolvia muita variação linguística, algo com que a teoria padrão não estava preparada para lidar (Labov, 2007, p.1).

Labov (2008) destacou-se como um dos principais expoentes da corrente sociolinguista, ao adotar uma perspectiva distinta de outras perspectivas teóricas. Assim, a Sociolinguística variacionista proposta pelo teórico mostra que as variações existentes não apresentam desordem ou ausência de regras, pelo contrário, elas também apresentam disposições e são organizadas, uma vez que os falantes de uma determinada comunidade se entendem. A exemplo, o fato de uma pessoa falar [vɛʁ'meɫu] ou [vɛʁ'meju], ainda que com realizações fonéticas diferentes, transmitem a mesma ideia e não atrapalham a comunicação. Com isso, de acordo com Mollica (2003):

Todas as línguas apresentam um dinamismo inerente, o que significa dizer que elas são heterogêneas. Encontram-se assim formas distintas que, em princípio, se equivalem semanticamente no nível do vocabulário, da sintaxe e morfossintaxe, do subsistema fonético-fonológico e no domínio pragmático-discursivo (Mollica, 2003, p.10).

Diferentemente de outras teorias linguísticas, que concebem a língua como um sistema homogêneo e estático, regido apenas por regras fixas, a sociolinguística reconhece a existência de regras obrigatórias, mas também comporta regras que são variáveis, que explicam os diferentes usos linguísticos em certos contextos sociais, econômicos e culturais específicos. No contexto Brasileiro, marcado por ampla diversidade social, histórica e cultural, essa variação se manifesta de forma ainda mais evidente, refletindo as múltiplas realidades sociolinguísticas existentes no país. Como afirma Cardoso (2015, p. 13):

A heterogeneidade linguística dentro de um vasto e diversificado país como o Brasil é um fato natural decorrente da própria heterogeneidade social, devido a diferentes graus de coerência interna e contato intergrupais das diferentes comunidades.

Compreende-se que as línguas se modificam ao longo do tempo e adquirem características próprias de seus usuários. Por não constituírem sistemas uniformes, cada falante carrega consigo e manifesta uma versão particular da língua, construída individual e coletivamente no interior de sua comunidade, o que ajuda a definir e expressar sua própria identidade social.

Por razões como essas, Labov (2008) estuda a linguagem em estreita relação com a sociedade, examinando tanto o comportamento individual quanto o contexto social, bem como de que maneira esses fatores influenciam as formas de expressão dos indivíduos. Como ilustra Bagno (2007, p.36)

Ao contrário da norma padrão, que é tradicionalmente concebida como um produto homogêneo, como um jogo de armar em que todas as peças se encaixam perfeitamente umas nas outras, sem faltar nenhuma, a língua, na concepção dos sociolinguistas, é intrinsecamente heterogênea, múltipla variável, instável e está sempre em desconstrução e em reconstrução (Bagno, 2007, p. 36).

No âmbito da linguagem, a heterogeneidade se manifesta em uma ampla gama de estilos de comunicação incluindo sotaques, entonações, falta de monitoração e o uso de termos informais, todos moldados pelo contexto em que o falante está inserido. Assim, dizer que a língua apresenta variações equivale a reconhecê-la intrinsecamente como heterogênea. Nas palavras de Faraco (2008), uma língua é constituída por um conjunto de variedades. Empiricamente, a língua é o próprio conjunto de variedades.

Na Sociolinguística, é importante distinguir variável, variante, variação, variedade e mudança, uma vez que esses termos formam uma cadeia interconectada que ilustra como a linguagem se adapta às dinâmicas sociais sem perder suas funcionalidades. Na perspectiva de Bagno (2007, p.39) dizer que uma língua apresenta variação é dizer que ela é heterogênea.

Observa-se que a variação ocorre em todos os níveis da língua: fonético-fonológico, morfológico, sintático, semântico, lexical e estilístico.

Dessa forma, no caso das variações fonético-fonológicas, estas ocorrem quando uma mesma palavra é realizada com sons diferentes a depender da região do falante. Exemplificando, a palavra “falta” representada como, [ˈfaw.tɐ] e [ˈfal.tɐ], trata-se, aqui, de uma variação fonológica, ou seja, a troca de um fonema por outro sem alteração do significado referencial da palavra. (Coelho *et. al*, 2012, p. 7)

A variação morfológica, difere da fonética-fonológica à medida que, nesta, não se modifica apenas o som, mas também a estrutura da palavra, especialmente nas marcas de concordância, a exemplo de “nós vamos” e “nós vai”. A variação sintática, como explica Bagno (2007), refere-se à alternância da organização estrutural de uma frase ou oração, a exemplo “Eu vi ele jogando bola” ou “Eu vi-o jogando bola”, ambas têm o mesmo sentido, porém organizam-se de formas diferentes.

O contexto semântico, refere-se às mudanças de significado de uma palavra, ou seja, o seu sentido muda a depender de contextos culturais ou regionais. Um exemplo é a palavra “rapariga” que, por exemplo, em Portugal significa moça/garota e aqui no Brasil, essa palavra é usada como uma ofensa, e possui o sentido de mulher com baixa moral.

A variação lexical, diz respeito às alternâncias no vocabulário, ou seja, são palavras diferentes usadas para nomear a mesma coisa, estão intimamente ligados a fatores extralinguísticos, de caráter cultural, sobretudo etnográficos e históricos. (Coelho *et. al*, p.52) Neste caso, é permitido que o falante escolha qual sinônimo usar, a depender da região em que está, alguns exemplos são: macaxeira, mandioca ou aipim, bem como, canjica ou mungunzá; geladinho ou dindim.

A variação estilística ocorre quando o falante seleciona, de modo mais ou menos consciente, diferentes formas de expressão conforme o contexto comunicativo em que está inserido. Essa escolha está relacionada ao grau de formalidade da situação, ao interlocutor e aos objetivos da interação. Assim, não falamos da mesma maneira em uma conversa descontraída com amigos e em uma interação com um professor ou em um contexto acadêmico, pois tendemos a monitorar mais cuidadosamente nossa fala em situações formais.

Conforme exemplifica Marcos Bagno (2007), expressões como “vou urinar”, “vou fazer xixi” e “vou mijar” apresentam o mesmo conteúdo semântico, diferenciando-se, quanto ao grau de formalidade. Enquanto a primeira expressão tende a ser empregada em contextos mais formais ou técnicos, a segunda é comum em situações familiares e afetivas, e a terceira, por carregar marca de informalidade mais acentuada, costuma ser evitada em ambientes

formais. Dessa forma, o que varia não é o significado, mas a adequação ao contexto de uso. Diante disso, Bagno (2007) ainda destaca que:

Os sociolinguistas enfatizam sempre que não existe falante de estilo único: todo e qualquer indivíduo varia a sua maneira de falar, monitora mais ou menos o seu comportamento verbal, independentemente de seu grau de instrução, classe social, faixa etária etc (Bagno, 2007, p.45-46).

Segundo Coelho *et al.* (2012), chamamos de variável o lugar da gramática em que se localiza a variação, em um nível mais abstrato. Em outras palavras, a variável corresponde a uma parte da língua que permite alternâncias, sendo influenciada por fatores como região, classe social ou contexto comunicativo. Isso possibilita a expressão de um mesmo conteúdo por meio de formas distintas, sem prejuízo ao entendimento. Um exemplo ilustrativo desse tipo de variação é o uso dos pronomes pessoais *tu* e *você*, que embora apresentem formas diferentes, exercem a mesma função linguística, ao expressarem a segunda pessoa do singular.

As variantes, por sua vez, são entendidas, de acordo com Mollica e Braga (2003, p.10-11), como as diversas formas alternativas que configuram um fenômeno variável. Assim, as variantes concorrem em uma variável, estas competem entre si e manifestam-se a depender dos padrões sociais e estilísticos, ou seja, são classificadas em variantes padrão e não padrão as quais referem-se a hierarquização social das formas linguísticas dentro de uma variável.

No que se refere a variante prestigiada, não se relaciona a uma superioridade linguística, mas ao reconhecimento social que determinadas formas adquirem em contextos específicos. Já as variantes não prestigiadas tendem a carregar estigmas e por isso, são frequentemente classificadas como “erros” ou “gírias”.

Cada variedade tem suas características próprias que servem para diferenciá-las umas das outras, como diz Segundo Bagno (2007), a variedade linguística é um dos muitos modos de falar. Toma-se como exemplo comparativo a fala de jovens nordestinos que vivem em localidades rurais, com a fala de idosos que moram há décadas em uma localidade urbana como o Rio de Janeiro. Essas diferenças demonstram que as variantes são condicionadas por fatores regionais, sociais e também pelos contextos de uso. Conforme afirmam Brandão, Sene e Biazolli (2022, p. 198):

Nesse sentido, como a língua é um componente social, ela está sujeita, como qualquer outro domínio social, à avaliação, seja esta negativa ou positiva. Essas avaliações subjetivas, quando negativas, explicam-se devido à supervalorização da

norma-padrão, que define alguns usos linguísticos como “certos” e aqueles que “fogem” desse padrão como alvo de aversão e preconceito. O processo de avaliação é algo natural, uma vez que as pessoas frequentemente emitem juízos de valor sobre tudo e todos, e isso não seria diferente quanto às formas linguísticas. (Brandão; Sene; Biazolli, 2022, p. 198)

A mudança linguística diz respeito a uma evolução diacrônica, isto é, ao processo pelo qual a língua se transforma ao longo do tempo. Nesse percurso, determinadas formas e variantes deixam de ser utilizadas gradativamente, caindo em desuso, enquanto outras passam a ocupar seu lugar e se consolidam no uso cotidiano. Um exemplo clássico desse fenômeno pode ser observado na forma de tratamento “você”, que, em períodos anteriores da língua portuguesa, correspondia à expressão “vossa mercê”, posteriormente reduzida e adaptada até chegar à forma atualmente falada “cê”.

Diante disso, Faraco (2008) argumenta que, à medida que os estudos da heterogeneidade linguística avançam, mais sua complexidade se torna evidente. Não basta analisar a variação linguística diante dos critérios tradicionais tais como: faixa etária, renda, escolaridade e gênero. Faz-se necessário considerar as diversas formas de interação dos quais os falantes participam, correlacionando os “diferentes modos de falar” as múltiplas relações do local ao qual o falante está inserido, bem como, com as diferentes normas que coexistem em uma comunidade (Faraco, 2018, p. 593).

2.2 PERCEPÇÃO E AVALIAÇÃO SOCIAL DA LINGUAGEM

A percepção e a avaliação social da linguagem são processos importantes para se compreender como as variedades linguísticas são interpretadas e valorizadas dentro de uma comunidade. No Brasil, por ser uma nação marcada por uma grande diversidade cultural e linguística, algumas formas de falar são elevadas a símbolos de prestígio, enquanto outras possuem estigmas que estão enraizados na sociedade. Conforme Sene (2019), considerando que a língua é um comportamento social, é natural que ela esteja sujeita a avaliações positivas ou negativas tanto de quem a utiliza quanto de quem escuta. E não poderia ser diferente uma vez que a sociedade reflete as dinâmicas de poder, identidade e pertencimento social.

Para explicar de forma mais precisa essas dinâmicas, é necessário compreender o conceito de avaliatividade linguística, entendido como a tendência de atribuir valores sociais às formas de linguagem, indo além de sua funcionalidade comunicativa. Essa valoração associa as variantes linguísticas a traços de prestígio, estigmas ou neutralidade. Estudos sociolinguísticos demonstram que tais percepções e avaliações influenciam as atitudes

linguísticas dos falantes, uma vez que atitudes positivas tendem a reforçar, enquanto atitudes negativas e estigmatizadas impactam diretamente nos processos de exclusão social de determinados falantes. Diante disso, Cardoso (2015) argumenta que:

O falante emite um julgamento sobre as variedades linguísticas, e associa a elas diferentes valores, hierarquizando-as: um modo de falar é visto como “desagradável” e “feio”, um outro como “cantado” e “lento”, e outro, enfim como “importante” e “conhecido”, símbolo de signo de cultura. Linguisticamente falando, algumas pessoas têm uma atitude mais normativa, mais purista e outras, uma atitude mais tolerante (Cardoso, 2015, p.10).

No Brasil, diferentes dialetos e sotaques carregam avaliações sociais distintas que refletem preconceitos e estigmas. No caso de estigmas, o sotaque nordestino, por exemplo, é frequentemente associado a estereótipos negativos em ambientes formais e até mesmo interpretado de forma pejorativa e depreciativa em cenas de novela. Faraco (2008, p. 77) diz que, “aquilo que para o sociolinguísta representa apenas ‘diferença’ no uso da língua, para algumas pessoas vai representar, de fato, um ‘erro’, um ‘defeito’, um sinal de ‘ignorância’”.

Como traz Cardoso (2015, p.38), os programas de televisão, ao retratar os nordestinos, costumam destacar características como a abertura de vogais e a pronúncia de ‘t’ e ‘d’ antes de vogais altas sem palatalização, como em /'ti.a/ e /'di.a/.

No entanto, essa representação da fala nordestina é apresentada de uma forma bastante artificial e pejorativa para os nordestinos. Essa representação geralmente leva à discriminação e a desvalorização cultural, uma vez que a fala nordestina é associada a estigmas como localidade rural e baixa escolaridade. Diante disso Bagno (2015) diz que:

É um verdadeiro acinte aos direitos humanos, por exemplo, o modo como a fala nordestina é retratada nas novelas de televisão, principalmente da Rede Globo. Todo personagem de origem nordestina é, sem exceção, um tipo grotesco, rústico, atrasado, criado para provocar o riso, o escárnio e o deboche dos demais personagens e do espectador. No plano linguístico, atores não nordestinos expressam-se num arremedo de língua que não é falada em lugar nenhum do Brasil, muito menos no Nordeste. Costumo dizer que aquela deve ser a língua do Nordeste de Marte! Mas nós sabemos muito bem que essa atitude representa uma forma de marginalização e exclusão (Bagno, 2015, p. 43).

Por outro lado, o sotaque carioca, especialmente o da zona sul da cidade do Rio de Janeiro, costuma ser percebido como de grande prestígio, associado a modernidade e urbanidade. Conforme Cardoso (2015, p. 33) ressalta em sua pesquisa, “o dialeto carioca é o dialeto mais prestigiado da língua portuguesa no Brasil.” Essa percepção de prestígio não é aleatória, pois cada variante linguística recebe uma avaliação e percepção, a exemplo da

palatização da consoante “t” que no Rio de Janeiro é oralizada como [tʃ] em vez de [t], essa realização fonética é vista como elegante e sofisticada, contrastando com os estigmas sofridos por sotaques como o nordestino. Diante disso, Bagno (2007) diz que:

O mais importante nessa reflexão sobre o estigma e o prestígio atribuídos às formas linguísticas é saber que esses juízos de valor não têm a ver com as características propriamente linguísticas do fenômeno, mas sim com avaliações sociais lançadas sobre os falantes, isto é, sobre os seres humanos que empregam essa ou aquela forma linguística (Bagno, 2007, p. 76).

Essa perspectiva destaca que o preconceito linguístico ultrapassa a língua em si, enraizando-se em dinâmicas sociais de poder e exclusão. No entanto, cabe ressaltar que essas avaliações estigmatizadas, que reforçam a hierarquia linguística e a associam diretamente às desigualdades sociais, podem ser implícitas (inconscientes) ou explícitas (conscientes), as quais tomam como base valores socioculturais e políticos. Por exemplo, ideologias que privilegiam o urbano sobre o rural. Isso ocorre pois o prestígio é frequentemente ligado a classes médias, altas e urbanas, marginalizando falantes de origem periféricas ou rurais.

As consequências desse preconceito linguístico são significativas, sobretudo no campo educacional e social, no qual, muitas atitudes estigmatizadas se manifestam de forma cotidiana. Muitos indivíduos, desde o contexto escolar, por terem sua forma de falar corrigida, desenvolvem inseguranças. Isso afeta sua autoestima no que se refere a alguns contextos comunicativos.

Um exemplo é quando o professor em sala de aula corrige excessivamente a forma de falar do seu aluno quando este utiliza uma variante trazida pela sua comunidade, “*tauba*” em vez de “tábua”, uma variação comum nos falares regionais, mas que é vista como “erro” pela norma culta. Na maioria das vezes essa variante é apenas repreendida como “errada” na sala de aula pelos professores, sem ser ao menos reconhecida como uma marca cultural que aquele aluno carrega consigo, reforçando totalmente os estigmas implícitos presentes no ambiente escolar e perpetuando a marginalização das diversidades linguísticas existentes. De acordo com Bagno (2015):

É preciso, portanto, que a escola e todas as demais instituições voltadas para a educação e a cultura abandonem esse mito da “unidade” do português brasileiro e passem a reconhecer a verdadeira diversidade linguística de nosso país para melhor planejarem suas políticas de ação junto à população amplamente marginalizada dos falantes das variedades sem prestígio social (Bagno, 2015, p. 33).

Assim, em conformidade com Possenti (1996), considerar e avaliar a inteligência do aluno com base no dialeto que utiliza é cientificamente inadequado. Entende-se, que quando

a escola insiste em corrigir ou rejeitar as formas linguísticas que os seus alunos trazem de suas comunidades contribui para práticas como exclusão e invisibilidade de culturas identitárias. É fundamental compreender que a ruptura das visões normativas não é apenas uma questão teórica mas também ética.

Diante do exposto, evidencia-se que a percepção e a avaliação social da língua ultrapassam os limites estritamente linguísticos e se inserem em dinâmicas mais amplas, vinculadas a processos de identidade, prestígio e estigmatização. Compreende-se, ainda, que falar de forma diferente não significa utilizar outra língua, mas sim recorrer a variedades linguísticas legítimas. O que ocorre, nesses casos, é a falta de reconhecimento da realidade desses fenômenos linguísticos, que, em vez de afetarem a língua em si, acabam atingindo diretamente o falante. Nesse sentido, Bagno (2015) afirma que é necessário abandonar crenças como “o brasileiro não sabe português”, “a língua portuguesa é muito difícil” ou a ideia de que pessoas de baixa renda falam tudo “errado”, pois tais concepções reforçam informações falsas, preconceituosas e intolerantes.

3 O FENÔMENO DA DESLATERALIZAÇÃO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

A lateral palatal representada pelo símbolo /ʎ/ no Alfabeto Fonético Internacional (AFI) que no nosso sistema de escrita é representado pelo dígrafo “lh”, é um som consonantal produzido pelo contato da parte média da língua com o palato duro, permitindo a passagem do ar pelas laterais da língua. No português brasileiro, esse fonema está presente em palavras como: “mulher”, “filho”, “trabalho”, “vermelho” e “falhar” (Miranda, 2021).

Trata-se de um som cuja articulação envolve um estreitamento do canal vocal sem obstrução total, o que o distingue das consoantes oclusivas e fricativas (Pereira, 2018). O /ʎ/ integra o grupo das consoantes líquidas e mantém um papel estrutural relevante no sistema fonológico do português brasileiro. Por exemplo, distingue palavras como “filha - /'fi.ʎɐ/” de “fila - /'fi.lɐ/”, “molha - ['moʎa] “mola - ['mɔla]” e “mala - ['mala] e malha - ['maʎa] dentre outros, embora sua pronúncia apresente variações fonéticas conforme diferentes regiões e contextos sociolinguísticos como idade, classe social (Miranda 2021; Bagno 2015).

De acordo com Bagno (2015, p.130) “o fenômeno da deslateralização do /ʎ/ grafado como “lh”, no Português Brasileiro, também se verificou no francês e está amplamente representado em diferentes variedades do castelhano”. No Brasil, esse fenômeno não acontece apenas em certas regiões do país, mas sim em todas com as variedades estigmatizadas, sobretudo rurais, que sofrem grande preconceito das variedades de prestígio urbanas do país (Bagno, 2015).

Bagno (2015), reforça que, “os processos de palatalização e conseqüentemente posterior despalatalização são fenômenos recorrentes no português brasileiro e que como um todo, envolvendo transformações de sequências como -nd > -nn e > -n. Esses processos ilustram uma instabilidade articulatória das consoantes palatais em contextos de fala espontânea e demonstram que suas manutenções como segmento fonético independentes está intimamente ligada à história e à geografia linguística das comunidades de fala.

O /ʎ/ pode ser considerado um marcador de identidade dialetal, cuja realização reflete o contato entre forças de conservação fonológica, associadas à norma culta, e forças de inovação, que tendem à simplificação articulatória (Oliveira, 2019). Em comparação com outras línguas românicas, o português brasileiro apresenta um quadro de relativa preservação do /ʎ/, embora se observe variação em determinadas variedades, nas quais ocorrem processos de deslateralização. No espanhol, conforme discute Oliveira (2019), o /ʎ/ foi historicamente um fonema distinto, representado pelo dígrafo “ll”, mas que passou por um processo de fusão

com o fonema /j/, fenômeno conhecido como *yeísmo*, responsável pela neutralização dessa oposição em grande parte das variedades hispânicas, ainda que a distinção entre os dois sons se mantenha em algumas regiões.

Essa mudança fonológica é explicada, segundo Oliveira (2019), por fatores articulatórios e sociolinguísticos, como a economia articulatória e a tendência ao nivelamento fonético. Em contrapartida, o italiano manteve o /ʎ/ como fonema estável, especialmente nas variedades toscanas, onde é representado por /gl/ e realizado como uma lateral palatal, evidenciando a conservação do contraste entre /l/ e /ʎ/ no sistema fonológico.

No português brasileiro, o comportamento do /ʎ/ revela uma situação intermediária e não há fusão completa com o /j/, como no espanhol moderno, mas há registros de enfraquecimento articulatório em diversas comunidades de fala. Em muitas variedades, sobretudo na fala rápida e informal, o /ʎ/ tende a ser substituído por [j], fenômeno perceptível em palavras como *traba[j]ar* ou *fi[j]o*, representando uma variante que coexiste com a forma palatal plena [ʎ]. Esse comportamento híbrido indica que o fonema /ʎ/ ainda mantém valor distintivo na língua, mas sua realização concreta está sujeita a condicionamentos sociolinguísticos, estilísticos e fonéticos (Pereira, 2018).

Para à descrição fonético-fonológica do fonema /ʎ/ no Português Brasileiro, é fundamental analisar os contextos em que ele ocorre e as variações regionais que marcam sua realização nas diferentes comunidades de fala. O fonema, representado graficamente no nosso Português pelo dígrafo “lh”, manifesta-se predominantemente em posição intervocálica e em ataque silábico, como em *velho* ['vɛʎu], *milho* ['miʎu] e *filha* ['fiʎa], sendo caracterizado pela elevação do dorso da língua em direção ao palato duro, o que confere sua natureza palatal e sonora (Pereira, 2018).

Segundo Hora e Matzenauer (2023), esses contextos favorecem a palatalização em razão da coarticulação com vogais anteriores e médias, que facilitam o movimento articulatório necessário à produção da lateral palatal. O comportamento fonológico do /ʎ/ é, portanto, condicionado por fatores estruturais do sistema silábico e por características acústicas do entorno vocálico, que influenciam a manutenção ou a variação de sua forma articulatória.

No português brasileiro, a lateral palatal apresenta-se como um fonema de alta relevância fonológica, mas de realização fonética variável, com notável diversidade regional. Santos (2018) e Freire (2022), apontam que a despalatalização, isto é, a substituição do som [ʎ] pela lateral alveolar [l] e a semivocalização, em que [ʎ] é substituído por [j], são fenômenos recorrentes em diversas regiões do país.

A semivocalização do fonema /ʎ/ é registrada em diferentes regiões do Brasil e pode ser compreendida como um processo de enfraquecimento articulatorio. Conforme aponta Madureira (1987, p. 38), ao longo da evolução histórica das línguas, as sílabas átonas tendem a favorecer fenômenos de redução fonética, o que contribui para a transformação da lateral palatal em semivogal palatal. No português brasileiro, esse processo ocorre de forma variável, sendo mais frequente em contextos de fala espontânea e em determinadas variedades regionais. Como exemplo, palavras como “milho” e “filha” podem ser realizadas como *mi[j]u* e *fi[j]a* (Santos; Oliveira, 2024). Tais realizações evidenciam uma tendência à simplificação articulatoria e à economia de esforço, ao mesmo tempo em que refletem dimensões identitárias e socioculturais dos falantes.

Esse fenômeno, no entanto, não se configura como um traço localizado, mas como um processo variável amplamente disseminado no português brasileiro. A lateral palatal /ʎ/ apresenta diferentes realizações, especialmente em contextos de menor monitoramento da fala, nos quais formas não plenas tendem a ocorrer com maior frequência. Em contrapartida, a manutenção da forma [ʎ] associa-se, de modo recorrente, a situações de maior formalidade e a variedades de prestígio. Nesse sentido, Hora e Matzenauer (2023) destacam que a realização conservadora desse segmento pode funcionar como marcador sociolinguístico de distinção e de alinhamento à norma culta.

Assim, a variação do /ʎ/ deve ser compreendida como um fenômeno de alcance geral, cuja distribuição não é aleatória, mas sistematicamente condicionada por fatores linguísticos, sociais e estilísticos.

Além das diferenças, há também implicações na aquisição fonológica infantil. Ramos-Pereira e Ribas (2025) destacam que o /ʎ/ é um dos últimos sons a se estabilizar na fala das crianças brasileiras, frequentemente sendo substituído por [j] ou [l] durante o processo de desenvolvimento fonológico. Essa tendência demonstra a complexidade articulatoria e perceptual da lateral palatal, cuja produção envolve um gesto simultaneamente de elevação e lateralização da língua, exigindo maior coordenação motora e controle articulatorio. Assim:

O comportamento da lateral palatal, na fonologia do Português, é capaz de oferecer evidências de semelhanças e particularidades que há na presença da variação na gramática de adultos e de crianças. Preliminarmente, é pertinente apontar-se que é o segmento a que se atribui maior grau de marcação em comparação com a lateral alveolar. (Hora e Matzenauer, 2023, p. 03)

Verifica-se também que a realização do fonema /ʎ/ como [j] em determinados contextos de fala, constitui um processo fonético motivado pela tendência de simplificação

articulatória. Na produção da lateral palatal, o dorso da língua se eleva em direção ao palato duro, ao passo que o ar escoia lateralmente, exigindo coordenação articulatória complexa (Santos; Oliveira, 2024).

Ademais, compreende-se que quando o falante realiza [j], ocorre uma redução desse gesto, com manutenção apenas do movimento de elevação do dorso e sem o fechamento lateral característico, o que gera uma forma mais simples e fluida de transição entre vogais. Assim, palavras como *velho* ['vɛλu] passam a ser pronunciadas como ['veɪu], e *filha* ['fiλa] como ['fiʝa]. De acordo com Santos e Oliveira (2024) e Ramos-Pereira e Ribas (2025), essa mudança reflete uma busca por economia articulatória e por maior fluidez na fala, fenômeno recorrente em processos de variação e mudança fonética nas línguas naturais.

4 PROCESSO METODOLÓGICO

Este capítulo descreve o delineamento metodológico da pesquisa, detalhando o caráter descritivo e interpretativo do estudo, as abordagens qualitativa e quantitativa empregadas, o perfil dos participantes, os métodos de coleta de dados, os procedimentos de análise e as considerações éticas. Essa metodologia foi adotada para averiguar as percepções linguísticas acerca do fenômeno da deslateralização do [ʎ] grafado como *lh*, assegurando uma análise fiel aos princípios estabelecidos pela sociolinguística, buscando analisar a percepção e avaliação social dessa variante entre participantes de diferentes perfis sociolinguísticos.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de campo, de natureza qualitativa com apoio de dados quantitativos, possuindo também caráter descritivo e exploratório. A abordagem qualitativa é priorizada por permitir a compreensão das percepções, atitudes e significados atribuídos pelos participantes ao fenômeno da deslateralização do fonema [ʎ] grafado como *lh*, considerando não apenas respostas objetivas, mas também narrativas, justificativas e interpretações pessoais.

Essa perspectiva é especialmente relevante para os estudos sociolinguísticos, uma vez que, conforme afirma Bortoni-Ricardo (2008), a pesquisa qualitativa busca entender e interpretar fenômenos sociais inseridos em um contexto específico, analisando as nuances linguísticas e sociais que permeiam a fala dos sujeitos. Assim, tal abordagem favorece a apreensão das dimensões subjetivas do fenômeno linguístico, revelando aspectos ligados à consciência social da mudança linguística, conforme apontam Weinreich, Labov e Herzog (2006).

Apesar da ênfase qualitativa, a investigação também incorpora elementos quantitativos, oriundos principalmente das questões fechadas do questionário aplicado. Esses dados numéricos permitem quantificar frequências, tendências e padrões de respostas, oferecendo suporte empírico à análise interpretativa. Dessa forma, as abordagens qualitativa e quantitativa se complementam, resultando em um quadro analítico mais abrangente e consistente.

O caráter descritivo da pesquisa manifesta-se na intenção de apresentar, organizar e analisar as percepções linguísticas dos participantes no universo escolhido, de forma a

descrever detalhadamente as variações observadas na pronúncia do *lh*. Já o aspecto exploratório evidencia-se pelo fato de o estudo investigar um fenômeno nunca abordado no contexto local, a cidade de Pedra Mole em Sergipe, permitindo identificar novas dimensões para pesquisas futuras. Assim, ao mesmo tempo em que descreve padrões linguísticos, a pesquisa também explora a percepção social e o julgamento dos falantes sobre a variante fonética, ampliando o campo de estudo da sociolinguística.

4.2 UNIVERSO DA AMOSTRA

O universo investigado nesta pesquisa, é constituído pela cidade de Pedra Mole-SE e seus povoados circunvizinhos, povoados Tapado, Manuino, Gravatá e Serra, os quais servem como campo de estudo para esta análise sociolinguística, observando a ocorrência do fenômeno da deslateralização na fala cotidiana dos participantes da área urbana e das rurais.

Pedra Mole teve sua emancipação política em 21 de novembro de 1963 e, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), conta com aproximadamente 2.778 habitantes. O município localiza-se a cerca de 75 quilômetros da capital Aracaju, com tempo médio de deslocamento de uma hora e trinta minutos por via terrestre. Trata-se de uma localidade de pequeno porte, com forte identidade cultural e características sociolinguísticas próprias, o que a torna um ambiente fértil para a análise da variação linguística e das percepções sociais associadas ao uso da língua.

A escolha do município e de seus povoados justifica-se por refletirem um contexto sociolinguisticamente heterogêneo, no qual coexistem traços linguísticos urbanos e rurais, influenciados tanto pela proximidade com centros urbanos quanto pela preservação de formas linguísticas tradicionais. Essa configuração sociocultural contribui para o estudo da variação e mudança linguística, permitindo verificar como fatores sociais, tais como, gênero, idade, escolaridade e local de residência, influenciam a percepção e a aceitação das variantes fonéticas entre os falantes.

Diante disso, o universo da amostra foi definido de modo a assegurar representatividade e diversidade sociolinguística, respeitando os princípios metodológicos da sociolinguística variacionista. Ao contemplar diferentes segmentos populacionais e contextos geográficos. Assim, a pesquisa busca compreender como o fenômeno da deslateralização se manifesta e é percebido entre falantes de diferentes origens e experiências sociais na região de Pedra Mole-SE.

4.3 PARTICIPANTES

A amostra desta pesquisa foi composta por 48 participantes, selecionados de forma probabilística, considerando a disponibilidade e acessibilidade dos sujeitos. Essa forma de seleção justifica-se pela viabilidade de aplicação dos instrumentos de coleta e pela possibilidade de abranger uma variedade de perfis sociais representativos da comunidade estudada.

Quanto ao gênero, o público da amostra foi equilibrado, sendo composta por 24 homens e 24 mulheres, distribuídos igualmente entre as áreas urbanas e rurais do município de Pedra Mole-SE e seus povoados Tapado, Manuino, Gravatá e Serra. Essa distribuição equitativa assegura que diferentes contextos socioculturais estejam contemplados, possibilitando uma análise comparativa das percepções linguísticas entre os grupos.

A constituição dos participantes também seguiu critérios de variação social, baseados nas dimensões tradicionalmente consideradas pela sociolinguística. Segundo Bagno (2007), o universo da variação linguística é formado por fatores extralinguísticos, como origem geográfica, idade, escolaridade, status socioeconômico, gênero e ocupação, os quais influenciam as formas de uso e julgamento linguístico. Coelho *et al.* (2012, p. 113) reforçam que “não é propriamente o indivíduo que interessa ao pesquisador sociolinguista, mas o grupo social no qual ele vive e com o qual ele interage”, justificando a importância de uma amostra diversificada e socialmente representativa.

Dessa forma, os informantes foram organizados conforme quatro níveis de escolaridade (Ensino Fundamental Incompleto, Ensino Fundamental Completo, Ensino Médio Completo e Ensino Superior Completo) e três faixas etárias (até 24 anos, de 25 a 45 anos e 46 anos ou mais). Em cada uma das combinações de idade e escolaridade há um representante de cada gênero, totalizando 48 informantes. A tabela 1 a seguir apresenta a distribuição completa dos participantes.

Tabela 1 - Distribuição dos participantes

Faixa etária	FI (H/M – U/R)	FC (H/M – U/R)	M (H/M – U/R)	S (H/M – U/R)
Até 24 anos	1/1 – 1/1	1/1 – 1/1	1/1 – 1/1	1/1 – 1/1
25-45 anos	1/1 – 1/1	1/1 – 1/1	1/1 – 1/1	1/1 – 1/1

46 anos ou mais 1/1 – 1/1 1/1 – 1/1 1/1 – 1/1 1/1 – 1/1

Legenda: **FI** = Fundamental Incompleto; **FC** = Fundamental Completo; **M** = Médio Completo; **S** = Superior Completo. **H/M** – Homens/Mulheres **U/R**: Urbano/Rural.

Fonte: elaboração própria (2026).

Cada grupo de gênero (masculino e feminino) totalizou 24 informantes, dos quais 12 residem em áreas urbanas e 12 em áreas rurais, assegurando o equilíbrio da amostra. Essa organização foi pensada para contemplar tanto a diversidade sociocultural quanto às possíveis diferenças nas percepções linguísticas entre os grupos sociais, fortalecendo a representatividade e a validade das análises.

A configuração da amostra, foi planejada de modo a refletir a complexidade social e linguística do município e de seus povoados, possibilitando a observação de como fatores extralinguísticos interagem com o fenômeno linguístico da deslateralização do [ʎ] grafado como “lh”, fornecendo subsídios consistentes para a interpretação sociolinguística dos dados.

4.4 PÚBLICO RESPONDENTE

Como mencionado anteriormente, a pesquisa se desenvolveu por meio de entrevistas coletadas com 48 participantes divididos igualmente, 24 do gênero feminino e 24 do gênero masculino, subdivididos também em áreas urbanas e rurais, 12 destes 24 homens são de áreas urbanas e 12 de áreas rurais, em conformidade aconteceu a mesma divisão com as mulheres.

Os dados sociodemográficos foram encontrados e coletados na seguinte sequência: inicialmente a faixa etária dos participantes, agrupadas em três categorias: até 24 anos, de 25 até 45 anos e de 46 anos ou mais. Em seguida, foram registrados o gênero, localidade (urbano ou rural), o seu nível de escolaridade: fundamental incompleto, fundamental completo, ensino médio completo ou ensino superior completo e a sua ocupação.

4.5 APRESENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Como já descrito na metodologia, o instrumento de coleta de dados utilizado nesta pesquisa consistiu em um roteiro de entrevista semiestruturado, elaborado com o objetivo de investigar as percepções e atitudes linguísticas dos participantes diante do fenômeno da deslateralização do /ʎ/, representado graficamente por “lh”, a partir da audição de dois estímulos orais. Para isso, foram construídas duas versões do mesmo texto, uma versão sem a

ocorrência da deslateralização e outra contendo o fenômeno, ambos iguais quanto ao conteúdo e a estrutura sintática, visando garantir que as avaliações realizadas pelos participantes estivessem relacionadas exclusivamente à variação linguística em análise. O Quadro 1 apresenta as versões apresentadas aos participantes.

Quadro 1 - Versões de texto apresentadas aos participantes

Forma deslateralizada, áudio 1:

Sabe aquela **muié** que mora ali na esquina? Então... hoje cedo vi ela saindo com a cabeça enrolada numa **tuaia vermeia**, o cabelo ainda bem **moiado**, a **ureia** cheia de creme. Tava com tanta pressa que parecia tá fugindo de alguma coisa. O **teiado** da casa dela ainda tava pingando, cheio de goteiras, acho que ainda nem secou da chuva de de noite. Mesmo quando sai ela insiste em deixar o rádio **véio** dela tocando bem alto, **espaiano** aquelas músicas ruins por toda rua, de outra vez chamo a polícia.

Forma Lateralizada, áudio 2:

Sabe aquela **mulher** que mora ali na esquina? Então... hoje cedo vi ela saindo com a cabeça enrolada numa **toalha vermelha**, o cabelo ainda bem **molhado**, a **orelha** cheia de creme. Tava com tanta pressa que parecia tá fugindo de alguma coisa. O **telhado** da casa dela ainda tava pingando, cheio de goteiras, acho que ainda nem secou da chuva de de noite. Mesmo quando sai ela insiste em deixar o rádio **velho** dela tocando bem alto, **espalhando** aquelas músicas ruins por toda rua, de outra vez chamo a polícia.

Fonte: elaboração própria (2026).

Após as audições, foram coletadas informações de caráter sociodemográfico, incluindo: nome (opcional), faixa etária, gênero, cidade ou região de residência, com identificação do contexto rural ou urbano, nível de escolaridade e ocupação profissional, visando caracterizar o perfil dos entrevistados e possibilitar a posterior análise comparativa entre variáveis sociais e as respostas obtidas.

Em seguida, os entrevistados responderam às perguntas do questionário, as quais, em um primeiro momento, voltavam-se à avaliação subjetiva das duas formas de falar apresentadas nos áudios:

1- Qual a forma de falar que você considera melhor? O 1.º áudio () ou 2.º áudio ()

2- Por que você considera essa forma melhor?

Além disso, o roteiro incluiu questões relacionadas à noção de correção linguística, solicitando aos participantes que indicassem se percebiam alguma das variantes como correta ou incorreta e que explicassem os motivos pelos quais determinada forma poderia ser considerada inadequada.

3- Você considera alguma dessas formas correta ou incorreta?

4- Por que outro jeito é errado?

Também foram investigadas preferências pessoais de uso, perguntando aos entrevistados qual das duas formas utilizariam em sua própria fala, incluindo a possibilidade de uso alternado ou condicionado ao contexto comunicativo.

5-Você falaria do 1.º jeito ou do 2.º jeito?

() 1.º jeito () 2.º jeito () Ambos () Depende do contexto

Paralelamente, buscou-se identificar a percepção dos participantes sobre o uso social das variantes, por meio de perguntas sobre qual forma seria mais comum entre as pessoas com quem convivem e conversam no cotidiano.

6- As pessoas as quais você conversa falariam do qual desses dois jeitos ?

() 1.º jeito () 2.º jeito () Ambos

O roteiro também explorou a dimensão da adequação situacional, questionando se os entrevistados acreditavam que mudariam sua forma de falar dependendo do ambiente ou do interlocutor, e quais razões os levariam a realizar tal ajuste linguístico.

7- Você mudaria sua forma de falar dependendo do ambiente ou das pessoas com quem está?

() Sim () Não () Às vezes;

Por que você faria essa mudança?

Para aprofundar essa análise, foram incluídas perguntas sobre experiências pessoais relacionadas à correção linguística, investigando se o participante já havia sido corrigido ou presenciado correções envolvendo as formas de fala apresentadas nos áudios, bem como se já havia corrigido outras pessoas, solicitando, quando possível, que relatassem situações concretas dessas ocorrências.

8- Você já foi corrigido(a) ou ouviu alguém sendo corrigido por falar do 1.º ou do 2.º jeito?

() Sim () Não () Não lembro

9- Você já corrigiu alguém por falar do 1.º ou do 2.º jeito?

10- Você lembra de algum caso que você corrigiu? Como foi ?

Além do mais, o instrumento abordou a percepção de prestígio e formalidade, perguntando se algum dos modos de falar seria considerado mais adequado para ambientes formais, como escola e trabalho, e quais justificativas sustentariam essa avaliação.

11- Em sua opinião, algum desses 2 jeitos é o mais adequado para ambientes formais tais como a escola e o trabalho ?

Qual ? 1.º áudio ou 2.º áudio Sim Não Depende do contexto Indiferente

12- Por que você acha isso?

Por fim, o roteiro contemplou questões sobre preconceito linguístico, investigando se os entrevistados acreditavam que existe discriminação associada a alguma das variantes, qual delas seria mais alvo de julgamento social e quais fatores explicariam esse preconceito. Também se buscou identificar a autopercepção do participante quanto à possibilidade de reproduzir tais julgamentos.

13- Em sua opinião, as pessoas têm preconceito com alguma dessas formas de falar? Se sim qual ?

Apenas o Jeito 1 Apenas o Jeito 2 Ambos Nenhum Depende da situação

14- Qual o motivo das pessoas terem preconceito com essa forma de falar?

15- Você acha que você tem preconceito com relação a esse jeito de falar ?

Encerrando o instrumento, foi perguntado qual das formas de falar os entrevistados consideravam mais frequente entre pessoas com maior nível de escolaridade, visando compreender a associação entre variante linguística e status social no imaginário dos participantes.

16- Você acredita que qual desses dois jeitos é mais usado pelas pessoas com maior nível de escolaridade ?

1.º jeito 2.º jeito ambos.

4.6 COLETA DE DADOS

A coleta de dados desta pesquisa, de caráter empírico e sociolinguístico, foi conduzida de forma presencial com os 48 participantes residentes na cidade de Pedra Mole-SE e em seus povoados vizinhos (Tapado, Manuino, Gravatá e Serra). O processo foi cuidadosamente estruturado para garantir a uniformidade na aplicação dos instrumentos e a fidedignidade dos resultados obtidos.

Para o levantamento das informações, foram utilizados três instrumentos complementares, elaborados especificamente para este estudo: dois textos de estímulo

gravados em áudio e um questionário sociolinguístico composto por perguntas abertas e fechadas. Esses instrumentos permitiram a triangulação de dados qualitativos e quantitativos, assegurando uma análise abrangente das percepções linguísticas dos participantes.

Inicialmente, foi adotado um procedimento inspirado na metodologia de Bortoni-Ricardo (2008, p. 20), que descreve uma variação da técnica *matched guise*, amplamente utilizada em estudos de atitudes linguísticas. Essa técnica consiste na apresentação de estímulos orais gravados por um mesmo falante, em diferentes variantes linguísticas, para avaliar a percepção dos ouvintes. No presente estudo, os participantes ouviram dois pequenos textos narrativos gravados em duas versões distintas: uma sem ocorrência da deslateralização, contendo formas padrão como [mu'λɛɾ], [vɛɾ'mɛλu] e [to'aλa], e outra com ocorrência do fenômeno, apresentando as variantes populares [muié], [vermeio] e [tuaia].

Esses áudios funcionaram como gatilhos perceptivos, estimulando os participantes a reconhecerem e refletirem sobre as diferentes formas de pronúncia antes de responderem às perguntas subsequentes. O uso desse recurso possibilitou a observação de atitudes linguísticas espontâneas, ao mesmo tempo em que proporcionou um ponto de comparação entre as variantes de prestígio e as variantes estigmatizadas da fala local.

Após a escuta dos áudios, os participantes responderam a um questionário sociolinguístico composto por 16 questões, distribuídas em três blocos temáticos. O primeiro bloco, com cinco questões fechadas, coletou os dados sociodemográficos (idade, gênero, escolaridade, local de residência, urbano ou rural, e ocupação, quando o participante optava por informar). O segundo e o terceiro bloco, com onze questões abertas e fechadas, investigaram as percepções linguísticas propriamente ditas, explorando aspectos como julgamento de correção, adequação e preferência de uso em diferentes contextos comunicativos (formal e informal). Também foram incluídas perguntas voltadas à identificação de preconceitos linguísticos, buscando compreender as experiências dos falantes em relação às correções da fala e ao estigma associado à pronúncia deslateralizada.

A escolha do questionário sociolinguístico fundamenta-se em Cardoso (2015), que destaca essa ferramenta como um dos instrumentos mais eficazes para a obtenção de respostas claras e espontâneas em pesquisas sobre atitudes linguísticas. Segundo o autor, o questionário permite a padronização das perguntas e garante que todos os informantes respondam às mesmas questões, favorecendo a comparabilidade e a consistência dos resultados.

O uso combinado dos textos de estímulo em áudio e do questionário sociolinguístico proporcionou uma abordagem metodológica robusta, capaz de captar tanto os aspectos objetivos das respostas (frequências e tendências) quanto às dimensões subjetivas dos julgamentos e justificativas dos participantes. Assim, o processo de coleta foi concebido para integrar perspectivas qualitativas e quantitativas, permitindo compreender como as atitudes e percepções linguísticas se manifestam no contexto sociocultural de Pedra Mole-SE.

4.8 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

A pesquisa foi conduzida com rigor ético, priorizando o respeito às vontades e à autonomia dos participantes. Todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual estavam detalhados os objetivos do estudo, os procedimentos adotados, os riscos mínimos envolvidos e o direito de desistência a qualquer momento, sem prejuízo aos participantes.

Para garantir o anonimato não se usou o nome de nenhum dos participantes e as gravações foram armazenadas em dispositivos seguros com acesso restrito à pesquisadora. Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo da participação de cada informante.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, apresentamos os resultados do experimento perceptivo realizado com 48 participantes de diferentes faixas etárias, níveis de escolaridade, gêneros e localidades. Para a análise, os dados foram tabulados e categorizados segundo as variáveis sociais (faixa etária, escolaridade, localidade e gênero), visando identificar padrões de percepção e avaliação do fenômeno.

Neste estudo, considerou-se avaliação positiva aquela em que o participante associou a variante à forma mais correta, mais formal ou mais adequada. Por outro lado, considerou-se como avaliação negativa a associação da variante às noções de erro, informalidade e inadequação revelando julgamentos estereotipados em relação à variedade analisada.

Os participantes foram identificados em códigos. Os códigos atribuídos aos participantes da pesquisa foram elaborados para preservar o anonimato e, ao mesmo tempo, permitir a identificação das principais características sociodemográficas de cada respondente. Cada código é composto por uma combinação de letras e números que representam, de forma padronizada, quatro informações fundamentais: gênero, localidade, escolaridade e faixa etária, como se vê na tabela a seguir.

Tabela 2 - Resumo Geral da Estrutura dos Códigos

Elementos do Código	Siglas Utilizadas	Significado
Gênero	H / M	H = Homem; M = Mulher
Localidade	R / U	R = Rural; U = Urbano
Escolaridade	FI / FC / EM / ES	FI = Fundamental Incompleto; FC = Fundamental Completo; EM = Ensino Médio; ES = Ensino Superior
Faixa Etária	24 / 2545 / 46	24 = até 24 anos; 2545 = entre 25 e 45 anos; 46 = 46 anos ou mais.

Fonte: elaboração própria (2026).

A primeira letra indica o gênero do participante, sendo *H* para homens e *M* para mulheres. A segunda letra refere-se ao local de residência, distinguindo participantes da zona Rural ou Urbana. Em seguida, aparecem duas letras que representam o nível de escolaridade: *FI* para fundamental incompleto, *FC* para fundamental completo, *EM* para ensino médio e *ES* para ensino superior.

Por fim, os números ao final do código identificam a faixa etária: 24 para participantes com até 24 anos, 2545 para aqueles entre 25 e 45 anos e 46 para indivíduos acima dos 46 anos. Dessa forma, um código como HRFI24 indica um homem da zona rural, com fundamental incompleto e até 24 anos; enquanto MUEM46 identifica uma mulher da zona urbana, com ensino médio e mais de 46 anos. Esse sistema permitiu organizar e analisar os dados de forma mais precisa, sem comprometer a identidade dos participantes.

5.3 PREFERÊNCIA GERAL PELOS ÁUDIOS E PERCENTUAIS DE [ʎ] e [j]

Antes da aplicação do questionário, todos os participantes ouviram dois áudios referentes ao teste de percepção auditiva. O áudio 1 apresentava o fenômeno de deslateralização (muié) e o áudio 2 não apresentava tal característica. A partir dessa exposição inicial, os participantes responderam a uma série de questões fechadas e abertas sobre avaliações, percepções de correção, adequação, preconceito linguístico e autorreflexão sobre a fala.

Ao responderem à pergunta “Qual forma de falar você considera melhor, o áudio 1 ou o áudio 2?”, observou-se uma tendência geral pela escolha do áudio 2 (sem deslateralização). Dos 48 participantes, 34 (70%) preferiram o áudio 2, enquanto 9 (18%) escolheram o áudio 1 e 5 participantes (10%) consideraram iguais.

Tabela 3 - Escolha inicial entre os áudios

Escolha	Nº de participantes	Percentual
Áudio 1	9	18%
Áudio 2	34	70%
Iguais	5	10%
Outros comentários	10% trouxeram respostas adicionais	

Fonte: elaboração própria (2026).

As justificativas apresentadas pelos participantes, tanto homens quanto mulheres, revelaram um padrão recorrente: a associação do áudio 2 à ideia de correção, clareza ou conformidade com a norma-padrão. A maior parte das respostas reforçam a percepção de que o áudio sem deslateralização apresenta uma fala mais “adequada”, “correta” ou “clara”, indicando como a noção de correção normativa permeia a avaliação dos falantes.

Tanto participantes do sexo masculino quanto feminino mobilizaram argumentos semelhantes, destacando elementos como “palavras corretas”, “forma correta”, “clareza” e

“Português normal” como justificativas para a preferência. Essa repetição demonstra a influência de concepções normativas da língua e da escolarização sobre a avaliação das diferentes formas de falar.

Tabela 4 - Justificativas dos participantes para preferência pelo áudio 2

Código participante	do	Justificativa apresentada
HUEFC46		“O português está mais correto, as palavras estão em maior quantidade corretas.”
HREFC24		“Você começa a falar como foi criado.”
HUEMC2545		“As palavras [estão] mais corretas.”
MREM24		“Pois é a forma correta.”
MUEM2545		“As palavras estão corretas, estão mais claras.”
MREMC2545		“Acho mais correto.”
MUEM46		“Ela fala corretamente.”
MREM46		“Ela fala no Português normal.”

Fonte: elaboração própria (2026).

A questão “Você considera alguma dessas formas correta ou incorreta?” evidenciou que grande parte dos participantes associou o áudio 2 (sem deslateralização) à ideia de maior correção, embora alguns reconheçam que as diferenças entre as formas de falar também se relacionam à regionalidade e ao uso popular. Entre os homens, houve tanto declarações categóricas de que o áudio 2 seria “o mais correto” quanto reconhecimentos de que o áudio 1 não seria incorreto, mas representaria uma fala típica de determinadas regiões. Entre as mulheres, observaram-se igualmente respostas que ora afirmam a correção do áudio 2, ora relativizam a noção de erro ao considerar fatores como regionalismo, uso popular ou inexistência de uma única forma correta.

Tabela 5 - Exemplos de percepções sobre correção/incorreção

Código	Gênero	Percepção sobre correção/incorreção
HRFC24	Homem	“Depende da situação, ambas estão corretas.”
HRFC46	Homem	“O áudio 2 é o mais correto.”
HUFC46	Homem	“O áudio 2 é o mais correto, cada um fala conforme aprendeu.”
HUEM2545	Homem	“O áudio 2 é o correto.”
HREM2545	Homem	“[O áudio 1] traz um modo nordestino de falar, mas não é incorreto.”
HUES46	Mulher	“Na linguagem popular nunca se deve falar que é incorreto.”
HRES46	Mulher	“Não, só é questão de regionalidade.”

MREM24	Mulher	“O áudio 2 é correto e o áudio 1 incorreto.”
MUEM2545	Mulher	“O áudio 2 é o correto.”
MREM46	Mulher	“Incorreta, ‘gotera’ de casa?”
MRES2545	Mulher	“Não tem forma correta ou incorreta.”

Fonte: elaboração própria (2026).

Após essa avaliação inicial, os participantes justificaram no questionamento 4 *porque* consideravam um dos jeitos como “errado”. As justificativas apresentaram temáticas recorrentes, “À gramática, correção normativa ou inadequações; Associação do jeito 1 a fala "arrastada ", "de interior ", "antiga " ou "errada ".

Entre os homens, surgiram justificativas baseadas na gramática, na inadequação situacional e na percepção de erro por características regionais ou de sotaque. Entre as mulheres, aparecem argumentos relacionados ao “modo informal”, ao “erro gramatical” percebido em palavras específicas e em alguns casos, à ausência de “erro” segundo a perspectiva pessoal da respondente.

Tabela 6 - Exemplos de justificativas sobre o “erro”

Código	Gênero	Justificativa apresentada
HRFC24	Homem	“Não condiz com a gramática.”
HRES24	Homem	“Por falar errado, arrastado. Isso é do sotaque e do vício de linguagem.”
HUES24	Homem	“Não chega a ser errado, inapropriado para determinada situação.”
HRES2545	Homem	“Pela fala dela, ela fala meio errado.”
HRFC46	Homem	“A mulher não sabe falar.”
HUES46	Homem	“Na gramática tem regras de concordância [...] Ela não fala as palavras certas...”
MRFC24	Mulher	“Pois ela fala errado.”
MUEM2545	Mulher	“Pelo jeito informal.”
MREM46	Mulher	“Porque ela está falando errado, ‘vermeio’ não existe.”
MRES2545	Mulher	“Para mim, não existem erros nesse quesito.”

Fonte: elaboração própria (2026).

Quando questionados sobre “De qual jeito você falaria?”, observou-se uma preferência marcante pelo áudio 2, isto é, pela forma de falar sem deslateralização. A maior parte dos participantes afirmou que espontaneamente falaria do jeito apresentado no segundo áudio. Os resultados podem ser visualizados na tabela abaixo.

Tabela 7 - Forma adotada pelos participantes

Escolha	Nº de participantes	Percentual
Áudio 1	8	17%
Áudio 2	36	75%
Ambos	2	4%
Depende do contexto	2	4%

Fonte: elaboração própria (2026).

As justificativas oferecidas por alguns participantes reforçam a percepção de adequação ao contexto em que estão inseridos ou individualidade da fala, como em:

- “Cada um fala do seu jeito, não tem certo ou errado.”
- “Depende do público e a quem me dirijo.”

Essas respostas sugerem que embora haja uma preferência declarada por uma fala considerada “mais correta”, há também consciência de variação linguística e adequação situacional.

Em contraste com as respostas sobre a própria forma de falar, a percepção sobre “Como as pessoas com quem você conversa fariam?” apresentou distribuição diferente. Aqui, neste caso, a maioria afirmou que pessoas do seu convívio utilizariam o jeito 1, com deslateralização.

Tabela 8 - Percepção da fala do entorno

Escolha	Nº de participantes	Percentual
Áudio 1	20	42%
Áudio 2	14	29%
Ambos	11	23%
Nenhum	3	6%

Fonte: elaboração própria (2026).

Esse contraste entre a fala própria e a fala atribuída aos outros evidencia um distanciamento social e linguístico percebido pelos participantes.

Quando foram perguntados se mudariam a forma de falar dependendo do ambiente ou das pessoas, os participantes apresentaram respostas variadas, revelando percepções distintas sobre adequação comunicativa, convivência social e pressão normativa. Alguns participantes afirmaram que modificam sua fala conforme o contexto, seja para se adaptar ao público,

evitar constrangimentos ou se adequarem a situações formais. Outros, no entanto, declararam não alterar seu modo de falar, seja por valorizarem sua identidade linguística, por se considerarem corretos ou por acreditarem que a fala deve se manter independente do ambiente. Essa multiplicidade de posicionamentos torna evidente como a variação linguística é percebida de forma subjetiva e associada tanto a fatores sociais quanto a crenças individuais.

Tabela 9 - Exemplos de respostas masculinas sobre mudança de fala

Código	Resposta
HUFC24	“Sim, depende do ambiente.”
HRFC2545	“Sim, dependendo da privacidade com algumas pessoas.”
HUFC46	“Não, eu falaria correto.”
HRFC46	“Sim, mudaria para falar correto.”
HRES2545	“Não mudaria, isso já vem da tradição do povo.”
HUES46	“Mudança depende do público e escolaridade.”

Fonte: elaboração própria (2026).

Tabela 10 - Exemplos de respostas femininas sobre mudança de fala

Código	Resposta
MUFI46	“Sim, tudo muda conforme o lugar...”
MUFI2545	“Não mudaria, tem que me aceitar como sou.”
MUFC2545	“Não mudaria.”
MUEM24	“Eu sei qual a forma correta e gosto de falar correto.”
MREM46	“Sim, para não passar vergonha.”
MUES24	“Sim, às vezes temos que nos adaptar ao ambiente.”

Fonte: elaboração própria (2026).

Entre as respostas masculinas e femininas apresentadas nas tabelas acima, o ponto central não é quem muda mais ou menos a fala, mas como os motivos apresentados revelam diferentes formas de perceber a adequação linguística e a pressão social. Entre os homens, observa-se uma recorrência de justificativas associadas à noção de “falar correto” e à escolaridade, indicando uma compreensão mais normativa da língua, na qual a adequação ao ambiente aparece vinculada a critérios de correção e tradições dos modos de falar.

Mesmo quando afirmam mudar a fala, essa mudança é frequentemente apresentada como uma exigência seja do ambiente, do público ou da ideia de correção linguística. Já entre

as mulheres, embora também tenham respostas que indiquem adaptação ao contexto, essa adequação é frequentemente justificada por fatores relacionados a evitar constrangimentos, “não passar vergonha” ou se adequar ao ambiente em que estão inseridas.

Ao mesmo tempo, aparecem com grande destaque discursos de afirmação identitária, nos quais a recusa em mudar a fala é apresentada como um posicionamento de autoaceitação e resistência à imposição normativa, a exemplo: “não mudaria, tem que me aceitar como sou”. Diante disto, a comparação entre os dois grupos evidencia que a mudança do modo de falar não se organiza apenas em termos de gênero, mas reflete diferentes pensamentos sociais, nos homens, mais associadas à correção e à tradição, nas mulheres, mais relacionadas à interação social e ao autorreconhecimento. Assim, essas falas mostram que a maioria dos participantes reconhecem que modificam sua fala por adequação social, enquanto outros não consideram necessário alterar seu modo de falar.

Quando questionados se já haviam sido corrigidos ou se haviam presenciado alguém sendo corrigido por sua forma de falar, os participantes apresentaram predominantemente respostas negativas. A maioria declarou nunca ter passado por tal situação nem testemunhado correções dirigidas a outras pessoas. Os resultados gerais podem ser observados na tabela a seguir.

Tabela 11 - Resultados gerais das respostas

Resposta	Nº de participantes	Percentual
Não	31	65%
Sim	15	31%
Não lembro	2	4%

Fonte: elaboração própria (2026).

Embora a maior parte dos respondentes tenha indicado não ter vivenciado essas correções, alguns relatos exemplificam situações específicas, como:

- “Mãe, pegue a ‘cuié’... eu expliquei que o correto é ‘colher’.” (MREM2545)
- “Corrigir de ‘minha fia’ para ‘minha filha’.” (HRFC24)

Esses exemplos demonstram que mesmo em menor número, os episódios de correção costumam se concentrar em formas percebidas como desviantes da norma padrão.

Ao serem questionados se eles mesmos costumavam corrigir outras pessoas, percebeu-se uma variação de comportamentos entre homens e mulheres. Entre os homens, 12 afirmaram não corrigir, enquanto 9 disseram que sim, com 3 deles especificando que

corrigiram falas semelhantes às do “jeito 1”. Entre as mulheres, o cenário se inverte: 15 afirmaram corrigir, enquanto 9 disseram que não. Uma delas justificou: “Corrijo todo dia e toda hora...”.

Esses dados mostram que o ato de corrigir a fala do outro é mais recorrente entre as participantes mulheres do que entre os homens, revelando padrões distintos de vigilância linguística entre os gêneros.

Na sequência, perguntou se lembravam de algum caso específico de correção já realizada ou testemunhada. Entre os homens, 19 responderam que não ou que não lembravam, enquanto 5 relataram situações específicas. Entre as mulheres, 14 responderam não lembrar, 8 afirmaram sim e 1 mencionou explicitamente uma correção relacionada ao áudio 1.

Esses resultados reforçam que apesar de parte dos participantes afirmarem corrigir outras pessoas, nem todos recordam com clareza episódios concretos, o que sugere naturalização dessas práticas ou pouca relevância atribuída a elas no cotidiano.

Ao avaliar qual das formas apresentadas seria mais adequada para ambientes formais observou-se novamente predominância do áudio 2, associado ao modo de falar sem deslateralização.

Tabela 12 - Adequação percebida para ambientes formais (homens)

Alternativa	Nº de participantes
Áudio 2	12
Áudio 1	5
Ambos	3
Nenhum	4

Fonte: elaboração própria (2026).

Tabela 13 - Adequação percebida para ambientes formais (mulheres)

Alternativa	Nº de participantes
Áudio 2	16
Áudio 1	4
Nenhum	3
Ambos	1

Fonte: elaboração própria (2026).

As justificativas apresentadas reforçam a associação entre o áudio 2 e a correção normativa. Entre os homens, destacam-se falas como “As palavras são mais corretas” e “O áudio 2 está na forma formal”. Entre as mulheres, surgiram justificativas como “Na escola

aprendemos a falar certo”, “Passa a impressão de que você sabe falar melhor” e “Pelo fato dela falar com a gramática correta.”

Esses dados demonstram que a escolha da forma considerada adequada está fortemente ligada à escolarização e aos valores de formalidade associados à língua.

Ao investigar se os participantes percebiam preconceito contra algum dos jeitos de falar, os homens apresentaram distribuição equilibrada entre três alternativas principais: não há preconceito, há preconceito contra o jeito 1, ou depende da situação. Já as mulheres indicaram em maioria que o jeito 1 é alvo de maior preconceito.

Tabela 14 - Preconceito percebido (homens)

Alternativa	Nº de participantes
Nenhum	5
Jeito 1	9
Depende da situação	8
Não soube responder	2

Fonte: elaboração própria (2026).

Um exemplo de justificativa masculina foi:

– “Pessoas que não moram no Nordeste não entendem o que falamos.” (HRFC24)

Tabela 15 - Preconceito percebido (mulheres)

Alternativa	Nº de participantes
Jeito 1	15
Nenhum	6
Depende da situação	1
Não soube responder	1
Ambos	1

Fonte: elaboração própria (2026).

Ao detalhar os motivos atribuídos ao preconceito, os participantes apontaram fatores como regionalismo, associação à falta de estudo, estigmatização de sotaques e noções de “erro”.

Entre os homens, os motivos citados incluíram:

- Preconceito por origem regional (ex.: nordestinos em São Paulo).
- Associação a “falta de estudo”.
- Imposição do modelo “formal”.

Entre as mulheres, surgiram justificativas como:

- “Eles pensam que é errado.”
- “Porque fala muito nordestino.”
- “Forma muito antiga.”
- “Fala com sotaque nordestino [...] por causa do preconceito.”

Houve ainda respostas distribuídas entre: “não sei” (4 mulheres), “outras coisas pessoais” (2) e “regiões diferentes” (2).

Quando perguntados se acreditavam ter preconceito em relação a alguma das formas de falar, a maior parte dos homens e das mulheres respondeu negativamente, embora alguns admitissem dúvidas ou situações condicionais.

Tabela 16 - Autopercepção de preconceito

Grupo	Não	Não sei	Sim / Às vezes
Homens	19	4	1 (“sim, dependendo do local”)
Mulheres	18	3	3 (“às vezes tenho”)

Fonte: elaboração própria (2026).

Esses dados indicam que poucos participantes reconhecem explicitamente possuir preconceito linguístico, ainda que nas respostas anteriores muitos tenham atribuído correção ou adequação a apenas uma das variantes.

Por fim, ao investigar qual das formas seria mais usada por pessoas com maior escolaridade, tanto homens quanto mulheres apontaram majoritariamente o jeito 2.

Tabela 17 - Percepção das mulheres

Alternativa	Nº de participantes
Jeito 2	19
Jeito 1	3
Nenhum	1
Ambos	1

Fonte: elaboração própria (2026).

Uma justificativa para exemplificar:

- MREM2545: “Ambos, pois mesmo pessoas com nível superior falam errado.”

Tabela 18 - Percepção dos homens

Alternativa	Nº de participantes
Jeito 2	15
Jeito 1	7
Ambos	2

Fonte: elaboração própria (2026).

Esses resultados reforçam a tendência observada ao longo de todas as perguntas: a forte associação entre escolaridade, formalidade e “correção” atribuída ao modo de falar representado pelo áudio 2.

5.4 DIFERENÇAS POR ESCOLARIDADE/IDADE/GÊNERO E LOCALIDADE

A presente seção analisa as respostas fornecidas pelos participantes considerando as variáveis, nível de escolaridade, faixa etária, gênero e localidade, com o objetivo de identificar tendências de percepção, aceitação ou rejeição da forma deslateralizada do segmento /k/.

A análise das respostas do grupo com escolaridade de Ensino Fundamental Completo residentes de área urbana e rural, referentes à primeira pergunta do questionário, “Qual forma de falar você considera melhor, o áudio 1 ou o áudio 2?”. Observou-se que, no contexto urbano e na faixa etária de até 24 anos, 83% preferiram o áudio 2, enquanto apenas 16% indicaram preferência pelo áudio 1. Esse dado revela uma forte rejeição à forma deslateralizada nesse grupo. Já entre os participantes residentes na zona rural, os resultados mostraram-se equilibrados: 50% optaram pelo áudio 1 e 50% pelo áudio 2, indicando ausência de um padrão de preferência definido nesse contexto.

Quando observada a variável gênero, nota-se que, entre os homens jovens, a rejeição à forma deslateralizada é mais evidente no meio urbano, enquanto no meio rural não há uma preferência clara. Entre as mulheres jovens, residentes em áreas rurais, o comportamento foi distinto, 100% das participantes optaram pelo áudio 2, evidenciando uma valorização da forma lateralizada, o que sugere a presença de estigma associado à variante essa nesse grupo específico.

Tabela 19 - Percentual de Percepção

Fund. Completo	Escolheu o áudio 1	Escolheu o áudio 2
Urbana	17%	83%
Rural (Homem)	50%	50%
Rural (Mulher)	0%	100%

Fonte: elaboração própria (2026)

Na faixa etária entre 25 e 45 anos, os participantes do gênero masculino residentes em áreas urbanas julgaram majoritariamente como “melhor” o áudio 2. Entre os homens da zona rural, as respostas novamente se distribuíram de forma equilibrada, com 50% de preferência

para cada áudio. As mulheres dessa mesma faixa etária, tanto em contextos urbanos quanto rurais, também apresentaram maior inclinação pelo áudio 2, correspondendo a 75% das respostas. As mulheres de mesma faixa etária do meio urbano e rural optaram também em maioria pelo áudio de número 2, o que corresponde a 75% do percentual de respostas deste gênero, faixa etária e localidade. Apenas duas delas, uma que possui ensino fundamental completo e reside em zona urbana, a outra que possui ensino fundamental incompleto e reside em localidade rural, consideraram melhor o áudio de número 1, correspondendo apenas a 25%. Mas, devemos nos perguntar o que esses dados nos sugerem?

Esses resultados indicam que, na faixa etária intermediária 25-45 anos, tanto homens quanto mulheres tendem a valorizar a variante sem deslateralização, especialmente em contextos urbanos. A ausência de consenso entre os homens da zona rural sugere menor pressão normativa nesse contexto, evidenciando que a avaliação social da deslateralização é fortemente influenciada por fatores sociais como gênero e localidade.

Entre os participantes do gênero masculino com 46 anos ou mais, tanto da zona urbana quanto da zona rural, observou-se predominância pela escolha do áudio 2. Apenas um participante desse grupo, com Ensino Médio Completo, optou pelo áudio 1, o que indica forte adesão à variante considerada socialmente prestigiada. Entre as mulheres dessa mesma faixa etária, o padrão foi semelhante, com ampla preferência pelo áudio 2, especialmente em contexto urbano.

Entre as mulheres, observou-se um padrão de escolha semelhante, a maioria também optou pelo áudio que apresenta a forma lateralizada, apenas uma única participante que possui escolaridade de nível fundamental incompleto optou pelo primeiro áudio. Revelando que a variante de prestígio tende a ser mais valorizada entre mulheres mais velhas e em contextos urbanos. Por outro lado, e em maioria, entre as mulheres residentes de localidade rural, o padrão se inverte, estas optaram pelo áudio de número 1. No qual, apenas uma que possui nível superior considerou melhor o áudio de número 2 (sem deslateralização). Isso demonstra que há uma maior aceitabilidade e menor estigma desse fenômeno entre as mulheres desse grupo etário.

Em um outro questionamento dirigido a todos os participantes de todas as faixas etárias neste estudo, cabe destacar os níveis: Fundamental Incompleto e Ensino Médio Completo. Perguntamos de qual dessas duas formas eles falariam, dos 48 entrevistados 24 responderam que falariam do jeito 2 (da forma lateralizada), apenas três com FI falariam do jeito 1 e três com EMC também responderam com esta opção. Os demais responderam com

“depende”, “nenhum” ou com “ambos”, o que pode indicar uma conscientização linguística sobre as variantes.

Isso nos sugere que o jeito 2 foi compreendido por esses participantes como uma forma mais associada às normas gramaticais, refletindo uma associação de prestígio e correção na qual a norma-padrão é a única tida como “correta”, o que mostra as justificativas dos participantes, HUF124 - “o jeito 2 foi mais correto” ou MUF146 - “falaria do jeito dois, pois na forma 1 tem erros de Português”. Os dados indicam que as variantes tais como a apresentada no áudio 1, são estigmatizadas, possivelmente impulsionadas pela pressão social. Essa preferência pelo jeito 2 mesmo em participantes com Ensino Fundamental Incompleto evidenciam a internalização de uma ideologia normativa da língua, na qual determinadas variantes são associadas à noção de “correção,” enquanto outras são estigmatizadas como incorretas.

Quando perguntados se mudariam sua forma de falar a depender do ambiente, os participantes de todas as escolaridades e de localidade rural, em maioria responderam que “Sim” totalizando 13 indivíduos. Entre os participantes de zona urbana 15 também tiveram a mesma opção de resposta, o que corresponde a 58% da amostra total. Os demais 27% responderam que “Não mudariam” e 15% afirmaram que “depende do contexto ou ambiente”.

Quando questionados sobre a possibilidade de modificar sua forma de falar em função do ambiente, 58% dos participantes afirmaram que mudariam sua fala, enquanto 27% responderam que não mudariam e 15% indicaram que isso dependeria do contexto. Tal dado indica que existe uma conscientização sociolinguística significativa, especialmente em contextos rurais no qual a pressão social para se adequar a forma lateralizada é maior. Conforme aponta Bagno (2015), o falante de variedades rurais ao participar de contextos urbanos ou formais, percebe o estigma associado a sua fala e busca na maioria das vezes adequar seu modo de falar como estratégia de evitar julgamentos sociais.

Por outro lado, os 27% que falaram que “não mudariam” enxergam sua fala como identidade fixa, HUMC24 - “não, pois eu quero ser eu mesmo”, HRSC2545 - “não mudaria, isso já vem da tradição do povo”, HUMC2545 - “não mudaria, se eu fizer isso estarei indo contra minha raiz, se eu falar outra língua estarei deixando minha naturalidade”. Os princípios fundamentais da chamada *Teoria da Acomodação*, desenvolvida no âmbito da Psicologia Social (Giles e Powesland, 1975; Giles e Smith, 1979; Giles, 1980), encontram-se implícitos na sociolinguística. Um de seus postulados centrais é o de que os indivíduos são

motivados a ajustarem a sua fala ou a se “acomodarem” linguisticamente com o objetivo de expressar seus valores, atitudes e intenções em relação aos outros interlocutores.

Os participantes que responderam “depende do contexto ou ambiente” apontam para uma visão social da linguagem, no qual a variação linguística torna-se prática e varia por contexto ou ambiente. Algumas justificativas dos participantes mostram isso, MRMC2545 - “sim, depende do ambiente e das pessoas para não passar vergonha”, HUMC2545 - “mudaria pela influência do ambiente, o ambiente influencia a forma da gente falar”, MUSC24 - “depende do ambiente, pois temos que nos adaptar de forma formal e informal, tem pessoas que não fazem isso e eu não quero seguir”.

Quando questionados sobre as correções da fala de outras pessoas, as participantes do sexo feminino com Ensino Fundamental Completo responderam majoritariamente de modo afirmativo, indicando que já corrigiram alguém por falar do jeito 1 ou do jeito 2. Entre os homens com a mesma escolaridade, as respostas apresentaram equilíbrio, 50% disseram que “Não” e 50% disseram que “Sim”. O mesmo padrão de resposta se repetiu nas demais escolaridades, nos participantes de escolaridade média tivemos algumas justificativas relevantes, uma informante de até 24 anos e de localidade rural disse, “Não corrijo, considero isso como xenofobia” outro participante do sexo masculino com idade entre 25-45anos respondeu que “apesar de falar da forma correta, não corrijo”.

Essas respostas sugerem uma diferença quanto ao comportamento linguístico entre homens e mulheres. As mulheres demonstram uma maior preocupação diante do padrão socialmente considerado como “correto” da fala, enquanto entre os homens isso não se manifesta de maneira tão evidente. Ainda, diante da justificativa da participante a qual usa o termo “xenofobia” usado para expressar a ideia de “não ter preconceito”, Silva (2019), diz que, as manifestações mais recorrentes de xenofobia estão associadas a práticas como a ridicularização quanto a forma de falar de um outro indivíduo, o julgamento de seu caráter com base em seu local de nascimento, a construção de estereótipos a partir de sua cultura, o uso de xingamentos relacionados a origem e a demonstração de superioridade em relação a outros grupos.

De modo geral, esses resultados evidenciam que a avaliação do fenômeno da deslateralização do /k/ não ocorre de maneira homogênea entre os participantes, sendo fortemente influenciada pelos fatores sociais. Percebe-se também uma tendência predominante à valorização da variante lateralizada, especialmente entre participantes residentes em áreas urbanas, com maior escolaridade e pertencentes às faixas etárias mais elevadas, o que reforça sua associação ao prestígio social e à noção de correção linguística.

Por outro lado, a maior aceitabilidade e neutralidade avaliativa da forma deslateralizada em contextos rurais e entre esses determinados grupos etários e sociais indicam que o estigma atribuído a essa variante não é absoluto, mas condicionado ao contexto sociocultural de uso. Ademais, as diferenças observadas entre homens e mulheres sugerem comportamentos linguísticos distintos, com maior monitoramento diante das normas socialmente legitimadas por parte das mulheres, enquanto entre os homens se observa, uma postura mais flexível ou menos normativa.

5.4 A DESLATERALIZAÇÃO E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO

O Brasil caracteriza-se pela sua expressiva diversidade social, cultural e linguística. Essa heterogeneidade se reflete pelas diversas formas de falar, de se identificar e de se posicionar socialmente, as quais, na maioria das vezes, são interpretadas por meio de estereótipos associados a regiões e grupos sociais específicos. Esses julgamentos tendem a apresentar certa regularidade diante das percepções sociais, ainda que sofram pequenas variações conforme o ponto de vista do avaliador, os contextos de uso e as relações de poder envolvidas. Assim, Mollica diz:

[...] os padrões linguísticos estão sujeitos à avaliação social positiva ou negativa e, nessa medida, podem determinar o tipo de inserção do falante na escala social. Outros indicadores são igualmente responsáveis pela colocação ou exclusão social dos indivíduos (Mollica, 2007, p. 30).

Compreende-se também que na perspectiva dos estudos sociolinguísticos há um consenso que não há variante “correta” ou “incorreta”. Apesar disso, essa perspectiva não corresponde ao senso comum. De maneira geral e recorrente ainda se nota comentários e julgamentos sobre determinados usos linguísticos. De acordo com Bagno (2006) O preconceito social geralmente ocorre de forma rotulada, “[...] ‘fala de caipira’, ‘fala de matuto’, ‘língua de jeca’, ‘língua de caboclo’, ‘português errado’[...]” (Bagno, p. 48, 2006). assim esse preconceito social se intensifica em relação à variedade linguística utilizada pela camada popular, tornando-se uma forma de falar estigmatizada e desprestigiada.

Neste experimento sociolinguístico foi possível observar que a maioria dos respondentes independente de suas idades e escolaridades avaliaram de forma estereotipada o instrumento de pesquisa, o áudio 1 apresentado com a deslateralização.

No terceiro bloco de perguntas, quando questionados se acreditam que as pessoas têm preconceito com alguma dessas formas de falar e o porquê acham isso, os participantes das

localidades urbanas e rurais responderam em maioria que “Sim, as pessoas têm preconceito com o jeito 1” o que corresponde $\frac{1}{2}$ ou seja 50% dos participantes da amostra. Esses dados nos sugerem que os participantes reconhecem que existe o preconceito associado a determinadas variedades da língua. É por este motivo que, quando um determinado falante ouve uma variante linguística distinta da sua, evoca, mesmo que inconscientemente, preconceitos ou estereótipos linguísticos sobre aquela variedade (Freitag; Severo, Rost-Snichelotto; Tavares, 2015).

O fato de a pesquisa mostrar que participantes de áreas urbanas e de áreas rurais reconhecem isso, e apontar o “jeito 1, com a deslateralização” como alvo de preconceito confirma que essa forma é socialmente estigmatizada, sendo frequentemente associada às ideias de erro, baixa escolaridade ou menor prestígio social.

Apesar de documentos curriculares brasileiros, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), enfatizarem a importância do ensino da variação linguística e da sociolinguística no contexto escolar, na prática ainda não se observam mudanças significativas. O preconceito linguístico permanece presente no ambiente educacional, indicando que as orientações curriculares, embora avancem no plano teórico, ainda enfrentam desafios quanto à sua efetiva implementação no cotidiano pedagógico.

Algumas justificativas dadas pelos participantes reforçam isso, HUF146 - “o jeito 1, pois fala com sotaque nordestino”, MRMC24 - “o áudio 1 está errado pois fala muito nordestino”, HUMC2545 - “o áudio 1 fala de uma forma mais bruta e de interior”, MRMC24 - “o áudio 1 está incorreto pois apresenta vícios de linguagem”, MRMC46 - “a questão de falar ‘gotera’, ‘rádio véio’, é uma forma muito antiga de falar”, HUSC24 - “pessoas com mais formação menospreza quem fala de forma ruim”. Nesse sentido, a associação da deslateralização a valores sociais negativos evidencia que o julgamento diante do fenômeno linguístico em estudo, atua como um mecanismo de diferenciação e exclusão social, ultrapassando avaliação da fala, mas recaindo sobre os falantes e os grupos sociais aos quais estão vinculados.

As justificativas mais frequentes mencionadas pelos participantes, quando questionados: “Em sua opinião, qual o motivo das pessoas terem preconceito com essa forma de falar?”, estão sintetizadas na nuvem de palavras apresentada a seguir.

Figura 1 - Nuvem de palavras com as justificativas



Fonte: elaboração própria (2026).

Diante das justificativas apresentadas pelos participantes, podemos compreender que ocorre uma forte presença do preconceito linguístico, uma vez que o áudio apresentado com a deslateralização do [ʎ] grafado no nosso sistema de escrita como *lh*, é compreendido como “erro”, pela maioria dos informantes independente de sua localidade, idade ou sexo. Compreende-se também que o fato de participantes de diferentes esferas julgarem como uma “forma errada de falar”, “na escola nós aprendemos a falar certo e é assim que tem quer ser”, mostra que a ideologia da norma-padrão está enraizada socialmente.

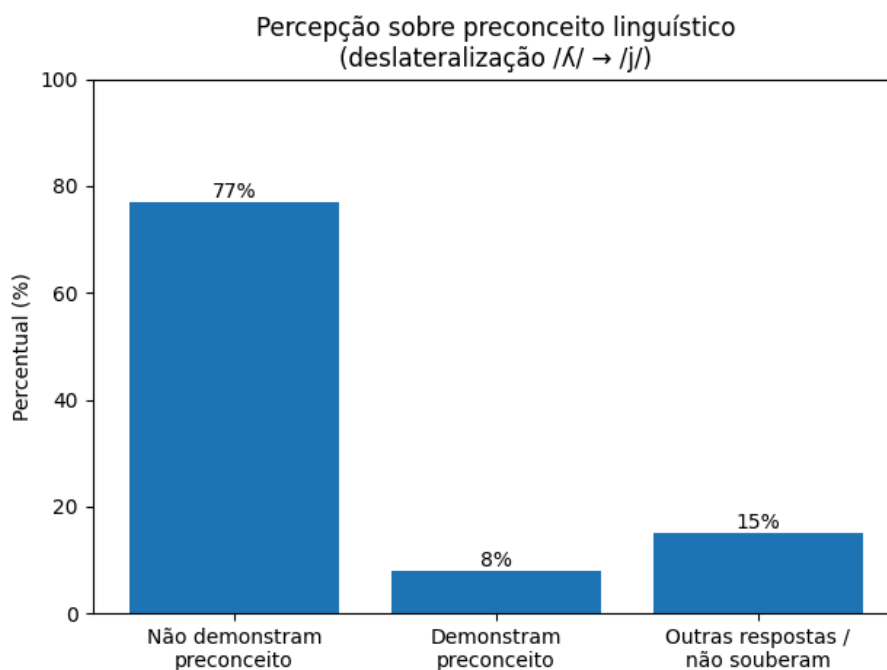
Possenti (1996) argumenta que as diferentes maneiras de falar são avaliadas a partir da perspectiva de grupos sociais específicos. Nessas avaliações, as variações linguísticas acabam sendo classificadas como “erros”, o que contribui para o reforço das desigualdades sociais. O autor ressalta, sobretudo, que essas diferenças não devem ser entendidas como erros, mas como formas de uso da língua. Segundo o mesmo autor, o “erro”, de fato, é aquilo que não pertence a nenhuma variedade linguística existente.

As justificativas recorrentes foram “forma de falar errada”, “pessoas mais velhas não sabem falar”, “forma de falar incorreta” e “sotaque nordestino”. Ao observar as justificativas dadas pelos participantes, esses revelam que a avaliação negativa e o estigma não recaem apenas sobre o fenômeno, mas também aos grupos sociais associados a essa forma de falar. Assim, confirma-se que determinadas variedades linguísticas são estereotipadas por estarem associadas a grupos regionais, geracionais e sociais, reforçando os estigmas.

Bagno (2006), diz que o preconceito linguístico não se relaciona propriamente ao conteúdo do que é dito, mas sim à pessoa que fala e a variante linguística que ela utiliza. Dessa forma, esse tipo de preconceito tem origem no social. Construindo assim uma visão negativa e estigmatizada sobre a linguagem de determinados grupos, bem como sobre as formas de falar associadas a regiões específicas.

Questionados se acreditam ter preconceito com esse jeito de falar os participantes, em maioria, 37 dos 48 participantes, disseram que “Não tem preconceito”, correspondendo a aproximadamente 77% da amostra. Algumas justificativas dadas pelos participantes: HUFC24 - “não diria preconceito, mas incomodo com o falar errado”, MUMC46 - “não, eu procuro ajudar as pessoas que falam assim a falarem certo”, MUSC24 - “não, eu sou do Nordeste”.

Figura 2 - Descrição de Percentual



Fonte: elaboração própria (2026)

Dessa forma, embora muitos participantes neguem explicitamente a existência de preconceito em suas atitudes, seus discursos revelam avaliações negativas baseadas na noção de erro ou localidade, como também na superioridade da norma-padrão. Como exemplo, o participante diz: “não tenho preconceito”, mas completa com, “incomoda a forma de falar errado” ou “tem que aprender a falar certo”. Diante disso, os resultados revelam uma

predominância de julgamentos negativos em relação à variante com deslateralização, frequentemente associada a contextos informais, baixa escolaridade e regiões socialmente estigmatizadas.

Os resultados obtidos permitem confrontar os pressupostos iniciais deste estudo. Partiu-se da pressuposição de que a variante analisada, a deslateralização do [ʎ] em palavras tais como, [ˈɔʎu] > [ˈoju], [oreʎɐ] > [uˈrej]. Seria avaliada negativamente e associada a grupos socialmente menos prestigiados. Os dados confirmam essa hipótese, uma vez que tanto participantes de áreas urbanas quanto rurais atribuíram à variante julgamentos marcados por estigmas. Associando-a às ideias de erro, baixa escolaridade e regionalidade. Além disso, foi possível perceber que a avaliação linguística acionou estereótipos, evidenciando o papel da variação como marcador social.

5.5 ESTEREÓTIPOS E ESTIGMATIZAÇÃO DA DESLATERALIZAÇÃO

Fazendo uma análise das respostas mais recorrentes, a partir das respostas abertas dos participantes, é perceptível que a avaliação da deslateralização do [ʎ], grafado no nosso sistema como *lh*, não se restringe a critérios linguísticos propriamente ditos, mas se baseia fortemente também em estereótipos sociais ligados à idade, à localidade e ao nível de escolaridade dos falantes.

Termos como “errado”, “informal”, “interior”, “sotaque nordestino”, “arrastado”, “caipira”, “forma antiga de falar” e “falta de estudo” ganharam destaque com recorrência significativa, revelando um campo de representações sociais que ultrapassam o fenômeno fonético e incide diretamente sobre a identidade dos falantes.

As respostas dadas pelos participantes permitem observar que os estereótipos linguísticos associados ao fenômeno não se manifestam de forma isolada, mas compõem um sistema de avaliações sociais estruturado, no qual idade, localidade e escolaridade operam como eixos centrais de estigmatização. Quando se nota a recorrência de associações entre a variante deslateralizada e as noções de informalidade, atraso, ruralidade e baixa escolarização, confirma que esses julgamentos não se fundamentam em critérios estritamente linguísticos, mas são orientados por valores sociais e ideológicos associados aos falantes que realizam a variante.

No recorte etário, observa-se que a deslateralização é frequentemente associada à fala de pessoas mais velhas, sendo descrita como um modo de falar “antigo”, “pessoas que não

tem sabedoria”, “analfabetos”, “quem não acompanhou os estudos” e “tenho que falar errado para que as pessoas mais velhas me entendam”, o que corresponde a 12,5% da amostra. Essa associação reflete uma concepção amplamente propagada de que a linguagem dos falantes mais velhos seria menos adequada ou menos correta em relação aos padrões valorizados socialmente. O recorte a seguir mostram as principais respostas:

Quadro 2 - Indicação de faixa etária

Faixa etária	“antigo”, “fala de velho”, “forma antiga”.
---------------------	--

Fonte: elaboração própria (2026)

Conforme aponta Bortoni-Ricardo (2004), as variantes linguísticas tendem a ser avaliadas a partir de critérios sociais, e não linguísticos, sendo comum que formas associadas a grupos etários mais velhos sejam interpretadas como sinais de atraso ou resistência à mudança, quando, na realidade, representam a continuidade de padrões legítimos de uma comunidade de fala. Desse modo, a associação entre “idade avançada” e “erro” linguístico revela uma forma de estigmatização etária mediada pela linguagem.

No que se refere à localidade, esses dados sugerem que a deslateralização é fortemente vinculada ao espaço rural e às pequenas cidades do interior, reforçando uma oposição simbólica entre urbano e rural. As palavras “interior”, “caipira”, “analfabetos”, “zona rural”, “matuto” e “modo nordestino”, presentes nos julgamentos dos participantes indicam 25% da amostra. Esses dados mostram que a fala deslateralizada é interpretada como um marcador de pertencimento a contextos considerados socialmente menos prestigiados.

Quadro 3 - Indicação de localidade

Localidade	“interior”, “jeito e sotaque nordestino”, “forma de falar arrastada”, “caipira”.
-------------------	--

Fonte: elaboração própria (2026)

Segundo Bortoni-Ricardo (2004), no Brasil há uma hierarquização sociolinguística que privilegia variedades urbanas de prestígio e marginaliza variedades rurais, frequentemente rotuladas como “erradas” ou “inferiores”. Essa hierarquização não decorre de diferenças estruturais da língua, mas de valores sociais atribuídos aos grupos que as utilizam.

Além disso, Faraco (2008) destaca que o preconceito linguístico no Brasil está profundamente ligado a uma ideologia urbanocêntrica, na qual as formas de falar associadas aos grandes centros urbanos passam a ser vistas como modelo de correção, enquanto as variedades do interior são estigmatizadas. No caso específico desta pesquisa, a

deslateralização do [ʎ] passa a funcionar como um índice de ruralidade, sendo automaticamente relacionada à informalidade, à falta de refinamento linguístico e à distância dos padrões legitimados pela norma culta.

Um aspecto particularmente significativo revelado pelos dados é que esses estereótipos não são reproduzidos apenas por falantes externos à região, mas também pelos próprios nordestinos participantes da pesquisa. A recorrência de expressões como “o nordestino fala errado” ou “tem muito sotaque” representando 18,8% da amostra, evidencia um processo de internalização do preconceito linguístico diante da própria região. Bagno (2015) argumenta que esse fenômeno ocorre quando os próprios falantes passam a adotar discursos normativos e estigmatizantes sobre sua variedade linguística, incorporando ideologias que historicamente desvalorizam suas formas de falar. Assim, a deslateralização não é percebida apenas como uma característica regional, mas como um sinal de inadequação social.

No recorte da escolaridade, os dados indicam que a deslateralização é amplamente associada à falta de estudo ou à baixa escolarização, conforme revelam termos como “não sabe falar” e “falta de estudo”. Correspondendo a 10,4% da amostra, assim, a maioria dos participantes da amostra com níveis mais elevados de escolaridade tendem a associar a variante [ʎ] à correção, tais como, “português correto”, “gramática correta”, “fala com mais clareza” e “fala de um jeito formal”, o que corresponde a 31,25% da amostra, enquanto a variante [j] é percebida como inadequada, sobretudo em contextos formais.

Quadro 4 – Indicação de escolaridade

Escolaridade	“errado”, “não sabe falar”, “falta de estudo”, “erros de português”.
---------------------	--

Fonte: elaboração própria (2026)

Conforme ressalta Bagno (2007), essa associação entre escolaridade e correção linguística é uma das bases do preconceito linguístico, pois parte do pressuposto equivocado de que a norma-padrão corresponde à língua “certa”, enquanto as demais variedades seriam desvios ou “erros”.

Faraco (2008) reforça que a escola desempenha um papel central na consolidação dessa ideologia normativa, ao legitimar determinadas formas de falar como corretas e silenciar outras. Dessa forma, a escolarização não elimina a variação linguística, mas intensifica a monitoração da fala em determinados contextos, o que contribui para a construção de hierarquias simbólicas entre as variantes. A deslateralização, nesse sentido,

passa a ser interpretada como um índice de menor capital escolar, ainda que seja amplamente utilizada e compreendida dentro da comunidade.

Em suma, a análise integrada dos recortes de idade, localidade e escolaridade demonstra que os estereótipos linguísticos identificados operam de forma interseccional, reforçando-se mutuamente. A fala deslateralizada é simbolicamente construída como a fala do sujeito mais velho, rural, nordestino e com baixa escolaridade, configurando um perfil social fortemente estigmatizado. Conforme argumenta Bagno (2015), o preconceito linguístico não recai sobre a língua em si, mas sobre os falantes e os grupos sociais aos quais eles pertencem.

5.6 PERCEPÇÃO GERAL SOBRE OS DADOS COLETADOS

De modo geral, os resultados deste experimento evidenciam que deslateralização do /k/ é avaliada de forma majoritariamente negativa pelos participantes, independentemente de fatores como idade e escolaridade. A preferência majoritária pelo áudio sem a ocorrência do fenômeno confirma que essa variante é socialmente percebida como menos prestigiada, sendo frequentemente associada a noções de erro, baixa escolaridade e pertencimento a grupos regionais e sociais específicos.

Essas associações não se baseiam apenas em critérios linguísticos, mas são fortemente orientadas por fatores ideológicos, culturais e sociais. A variante deslateralizada é consideravelmente associada a valores negativos, como erro, informalidade, falta de escolaridade, ruralidade, idade e regionalidade nordestina. Enquanto a forma lateralizada é percebida como mais correta, prestigiosa e adequada a contextos formais.

As justificativas apresentadas pelos informantes revelam que o estigma não recai apenas sobre a variante linguística em si, mas se estende aos falantes que a utilizam, reforçando estereótipos historicamente construídos. Nos dados coletados os participantes mais escolarizados, residentes em áreas urbanas e pertencentes às faixas etárias mais elevadas tendem a valorizar de forma mais intensa a variante lateralizada, reforçando os estigmas à norma-padrão e ao prestígio social. Em contrapartida, nas localidades rurais e determinados grupos etários apresentam maior aceitabilidade ou neutralidade avaliativa em relação à deslateralização, indicando que nesse caso o estigma atribuído à variante é contextual e socialmente condicionado, e não absoluto.

Os dados também revelam diferenças significativas quanto ao gênero, indicando que as mulheres demonstram maior monitoramento linguístico e maior adesão às normas

socialmente legitimadas, enquanto os homens apresentam, de modo geral, uma postura mais flexível ou menos normativa. Esse comportamento confirma achados recorrentes da Sociolinguística, os quais as mulheres tendem a valorizar mais fortemente as variantes de prestígio em contextos de avaliação social da fala.

Além disso, os resultados mostraram um movimento recorrente de internalização do preconceito linguístico, uma vez que muitos participantes negam explicitamente ter preconceito, mas, ao mesmo tempo, mobilizam discursos baseados na noção de erro, correção e superioridade da norma-padrão diante da variante popular. Tal cenário evidencia que, embora a Sociolinguística reconheça a variação como inerente às línguas naturais, o imaginário social ainda sustenta visões normativas e excludentes sobre o uso da língua. Esse contraste revela que o preconceito linguístico em relação à deslateralização se manifesta de forma naturalizada, sendo justificados por discursos que reforçam o estereótipo da norma-padrão como única forma correta.

Em síntese, os dados confirmam que a deslateralização do /ʌ/ funciona como um marcador social, acionando estereótipos relacionados à idade, à localidade, à escolaridade e à identidade regional. Assim, o julgamento diante do fenômeno ultrapassa o plano da variação linguística e incide diretamente sobre os falantes e os grupos sociais aos quais estão associados, evidenciando que o preconceito linguístico permanece como uma prática ativa, mesmo frequentemente não reconhecida como tal.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o objetivo geral desta pesquisa: analisar a percepção e a avaliação social da deslateralização do [ʎ] no Português Brasileiro, buscando compreender de que forma esse fenômeno é interpretado por falantes de diferentes faixas etárias, gêneros, níveis de escolaridade e localidades, podendo afirmar que tal objetivo foi alcançado por meio da articulação entre fundamentação teórica sociolinguística e investigação empírica realizada no município de Pedra Mole-SE e povoados circunvizinhos.

A pesquisa permitiu observar, de maneira sistemática, como a variação entre a realização lateralizada [ʎ] e a variante semivocalizada [j] é percebida pelos participantes, revelando não apenas diferenças fonético-fonológicas, mas sobretudo os sentidos sociais atribuídos a essas formas de fala. A partir do experimento perceptivo e do roteiro de entrevista aplicado, foi possível mapear padrões de reconhecimento e julgamento das variantes, identificando que a forma lateralizada tende a ser associada a maior correção, formalidade e prestígio, enquanto a forma deslateralizada é frequentemente relacionada a informalidade, menor escolarização e, em muitos casos, a um estigma linguístico, confirmando o pressuposto central de que avaliações linguísticas não são neutras, mas atravessadas por ideologias normativas e hierarquizações sociais.

A metodologia empregada foi adequada para que os objetivos específicos fossem contemplados, uma vez que permitiu comparar as respostas objetivas e justificativas discursivas, comparando a frequência e interpretação. Nesse sentido, ao investigar como os participantes classificaram as duas formas de pronúncia do fenômeno e ao analisar as justificativas fornecidas, o estudo evidenciou que as atitudes linguísticas observadas refletem fortemente a influência da norma-padrão e do discurso escolar tradicional, ainda predominante no imaginário social.

Verificou-se que muitos falantes categorizaram como “certo”, “errado”, “português correto” e “falar certo”, demonstrando que a avaliação da língua se organiza mais por critérios de prestígio social do que por critérios linguísticos propriamente ditos. Além disso, a investigação também permitiu observar que, embora a avaliação majoritária se incline para a forma considerada “padrão”, alguns participantes demonstraram consciência da existência da diversidade linguística, reconhecendo que a diferença entre as variantes pode ser explicada por fatores como regionalidade, tradição cultural e contexto de uso.

Esse aspecto evidencia que as percepções linguísticas não são homogêneas, pois os falantes, mesmo inseridos em uma comunidade relativamente pequena, demonstram diferentes níveis de consciência sociolinguística. Dessa forma, os resultados reforçam que o fenômeno da deslateralização foi compreendido apenas como uma simplificação articulatória, mas como um marcador identitário que carrega valores simbólicos e sociais, funcionando como um traço linguístico capaz de sinalizar pertencimento social, regionalidade e trajetória de escolarização.

Entretanto, apesar das colaborações alcançadas, esta pesquisa apresenta algumas limitações que devem ser consideradas. A primeira refere-se ao recorte geográfico e sociocultural, uma vez que o estudo foi desenvolvido em um município específico do estado de Sergipe, o que limita a generalização dos resultados para outras comunidades de fala. Embora, Pedra Mole-SE represente um campo fértil para a análise da variação, investigações em outras regiões poderiam revelar padrões distintos de avaliação, sobretudo em cidades/povoados maiores, onde as redes de contato linguístico são mais amplas e diversificadas.

Uma segunda limitação relaciona-se ao número de participantes: embora a amostra tenha sido cuidadosamente equilibrada quanto a gênero, escolaridade, faixa etária e zona rural/urbana, o quantitativo de 48 respondentes ainda pode ser considerado pequeno para conclusões mais amplas, especialmente no que se refere a análises mais aprofundadas.

Outra limitação relevante diz respeito ao fato de que as respostas dos participantes podem ter sido influenciadas por fatores como monitoramento consciente, desejo de responder “corretamente” e pressão social implícita, sobretudo quando se trata de perguntas ligadas à correção e preconceito linguístico. Esse aspecto é comum em pesquisas de atitudes linguísticas e sugere que, em alguns casos, o discurso do participante pode refletir não apenas sua percepção espontânea, mas também aquilo que ele acredita ser socialmente mais aceitável para declarar.

Diante dessas limitações, recomenda-se que pesquisas futuras ampliem o escopo da investigação, tanto em termos geográficos quanto metodológicos. Estudos comparativos entre municípios distintos, estados diferentes ou mesmo entre capitais e interiores poderiam contribuir para compreender como a deslateralização do /k/ se comporta em diferentes contextos socioculturais e quais são os padrões mais recorrentes de estigmatização ou aceitação.

Sugere-se também que futuras pesquisas incluam um número maior de participantes e ampliem o repertório de estímulos, utilizando diferentes estilos de fala e gêneros textuais, a fim de verificar se as avaliações se mantêm constantes ou variam conforme o contexto

linguístico. Além disso, seria relevante aplicar outras metodologias experimentais tal como tarefas de julgamento indireto, capazes de captar atitudes linguísticas menos conscientes e reduzir o impacto do monitoramento.

Por fim, recomenda-se que novas investigações aprofundem a relação entre deslateralização e ensino, analisando como professores e estudantes compreendem esse fenômeno no ambiente escolar e de qual modo a escola pode contribuir para a desconstrução de estigmas associados às variedades populares. Pesquisas que relacionem percepção linguística, práticas pedagógicas e formação docente podem oferecer contribuições importantes para o combate ao preconceito linguístico, promovendo uma educação linguística mais inclusiva e coerente com a realidade heterogênea do português brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz.** 56. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística.** São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BAGNO, M. **A língua de Eulália: novela sociolinguística.** 15. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- BRANDÃO, Silvia Maria; SENE, Marcus Garcia de; BIAZOLLI, Caroline Carnielli. Variação, preconceito linguístico e ensino: velhos problemas, novas histórias. *Travessias Interativas*, São Cristóvão, SE, n. 26, v. 12, p. 191-207, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/Travessias/article/view/17458>. Acesso em: 5 abr. 2026.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **A sociedade brasileira: características sociolinguísticas. In: Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula.** São Paulo: Parábola, 2004.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- CARDOSO, Denise. P. **Atitudes Linguísticas e Percepções Subjetivas de alguns dialetos Brasileiros.** São Paulo: Editora Edgard Blücher Ltda, 2015.
- COELHO, et al. **Sociolinguística.** Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2012.
- FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008. Web-Revista SOCIODIALETO – NUPESDD / LALIMU, v. 9, nº 25, jul 2018.
- FREITAG, R. M. K., SEVERO, C. G., ROST-SNICHELOTTO, C. A., TAVARES, M. A. **Como o brasileiro acha que fala? Desafios e propostas para a caracterização do “português brasileiro”.** Signo y Seña – Revista del Instituto de Lingüística, n. 28, p. 65-87, 2015.
- FREIRE, Josenildo Barbosa. **Um estudo variacionista de /ʎ/ no português falado do Vale do Mamanguape paraibano. In: Estudos em contato linguístico: língua materna em perspectiva.** São Paulo: Blucher Open Access, 2022.
- HORA, Dermeval; MATZENAUER, Carmen. **Introdução: Movimentos da língua na aquisição e na variação fonológica. In: Fonologia do Português e Interfaces.** London: Routledge, 2023.

LABOV, William. **Sociolinguística: uma entrevista com William Labov**. Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL. Vol. 5, n. 9, agosto de 2007. Tradução de Gabriel de Ávila Othero. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br].

LABOV, W. **Padrões sociolingüísticos**. Trad. de M. Bagno; M. M. P. Scherre; C. R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

MADUREIRA, E. D. **Sobre as condições da vocalização da lateral palatal no português**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1987.

MIRANDA, Francisca Alves da Silva. **A realização dos fonemas /l/ e /n/, diante de [i, j], e de /ʎ/ e /ɲ/, entre vogais, na fala dos moradores de Anamá e Beruri (AM): um estudo variacionista**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2021. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8766>.

MOLLICA, Maria Cecília de Magalhães. **Fala, letramento e inclusão social**. São Paulo: Contexto, 2007.

MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003.

OLIVEIRA, Aline Vieira Bezerra Higino de. **Análise de erros fonético-fonológicos do processo de ensino-aprendizagem de espanhol como língua estrangeira por brasileiros baseada na relação com as mudanças históricas das línguas**. 2019. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/3483>. Acesso em: 4 out. 2025.

PEREIRA, Thamires Marques. **A palatalização da nasal alveolar em União dos Palmares – AL**. 2018. 77 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

POSSENTI, Sírio. **Porque (não) ensinar gramática na escola**. Campinas, SP: Coleção Leituras no Brasil, 1996.

RAMOS-PEREIRA, Ananda; RIBAS, Leticia Pacheco. **Uma explanação a respeito da semivocalização das líquidas na aquisição da fonologia no Português Brasileiro**. Acta Scientiarum: Language & Culture, v. 47, n. 1, 2025.

SANTOS, Selma Cruz. **Variação na lateral palatal em falares alagoanos: despalatalização e semivocalização**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

SANTOS, Selma Cruz; OLIVEIRA, Alan Jardel. **A semivocalização da consoante lateral palatal no falar alagoano**. Revista (Con)Textos Linguísticos, v. 18, 2024.

SENE, Marcus Garcia de. **Percepções sociolinguísticas, avaliações subjetivas e atitudes linguísticas: três domínios complementares**. *Todas as Letras: Revista de Língua e Literatura*, 2019. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/11005>. Acesso em: abr. 2026.

SILVA, F. C. D. **Práticas de racismo e xenofobia contra universitários caribenhos em Belém do Pará.** Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, Foz do Iguaçu, v. 5, 2019. DOI: <https://doi.org/10.23899/relacult.v5i5.1485>.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística.** Tradução de Marcos Bagno. Revisão técnica de Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1968].

ANEXOS**INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS**

Seu nome (opcional): _____

Idade:

- até 20 anos _____
- 21 - 45 anos _____
- 46 ou + (mais) _____

Gênero:

Cidade/Região onde mora: _____ Rural ou Urbana

Nível de escolaridade:

- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Médio completo
- Ensino Superior completo

Qual sua profissão ou o que você faz hoje em dia (se quiser compartilhar)?

Por favor, responda às perguntas abaixo com sinceridade.

Não há respostas certas ou erradas.

Ouçã atentamente os áudios antes de responder às questões a seguir.

Observação: o áudio 1 sempre será o que não apresenta a deslateralização e o áudio 2 sempre será o que apresenta o fenômeno.

1- Qual a forma de falar que você considera melhor?

O 1.º áudio ou 2.º áudio

2- Por que você considera essa forma melhor?

3- Você considera alguma dessas formas correta ou incorreta?

4- Por que outro jeito é errado?

5-Você falaria do 1.º jeito ou do 2.º jeito?

- 1.º jeito
 - 2.º jeito
 - Ambos
 - Depende do contexto
-

6- As pessoas as quais você conversa falaria de qual desses dois jeitos ?

- 1.º jeito
 - 2.º jeito
 - Ambos
-

7- Você mudaria sua forma de falar dependendo do ambiente ou das pessoas com quem está?

- Sim
- Não
- Às vezes

Por que você faria essa mudança?

8- Você já foi corrigido(a) ou ouviu alguém sendo corrigido por falar do 1.º ou do 2.º jeito?

- Sim
- Não
- Não lembro

9- Você já corrigiu alguém por falar do 1.º ou do 2.º jeito?

10- Você lembra de algum caso que você corrigiu? Como foi ?

11- Em sua opinião, algum desses 2 jeitos é o mais adequado para ambientes formais tais como a escola e o trabalho ?

Qual ? () 1.º áudio ou () 2.º áudio

() Sim

() Não

() Depende do contexto

() Indiferente

12- Por que você acha isso?

13- Em sua opinião, as pessoas têm preconceito com alguma dessas formas de falar? Se sim qual ?

() Apenas o Jeito 1

() Apenas o Jeito 2

() Ambos

() Nenhum

() Depende da situação

14- Qual o motivo das pessoas terem preconceito com essa forma de falar?

15- Você acha que você tem preconceito com relação a esse jeito de falar ?

16- Você acredita que qual desses dois jeitos é mais usado pelas pessoas com maior nível de escolaridade ?

() 1.º jeito () 2.º jeito () ambos

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa com base em um dos critérios previamente estabelecidos (Idade, região de residência e Nível de escolaridade), como voluntário(a), da pesquisa intitulada A Deslateralização do /k/ em perspectiva

Sociolinguística: entre a percepção e o uso, conduzida por Hellem Monique Vieira dos Santos, estudante do curso de Letras - Língua Portuguesa, na Universidade Federal de Sergipe, Campus Professor Alberto Carvalho da cidade de Itabaiana-SE.

Este estudo tem por objetivo analisar o fenômeno fonético-fonológico da deslateralização. Você foi selecionado(a), mas sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo. Sua participação consistirá em: ouvir dois áudios que serão apresentados pela pesquisadora e em seguida, responder algumas perguntas sobre eles, feitas através de um questionário. Não existem respostas certas ou erradas, o participante deve sentir-se à vontade para expressar sua opinião.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação. O pesquisador responsável se comprometeu a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação dos indivíduos participantes.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável.

Declaro que compreendi os objetivos de minha participação na pesquisa, e concordo em participar.

Pedra Mole - Sergipe, ____ de _____ de ____.

Assinatura do(a) participante:

_____.

Assinatura da pesquisadora:

_____.